

Apoios nacionais e europeus

Ao cinema e audiovisual português

(2007 a 2013)

(Edição corrigida e melhorada, após defesa pública)

Francisco António Miranda Ferreira

Dissertação de Mestrado

em

Ciências da Comunicação

(Especialização cinema e televisão)

Julho de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, especialização em cinema e televisão, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Francisco Rui Cádima.

AGRADECIMENTOS

Professor Doutor Francisco Rui Cádima, pelo apoio dado a este projeto.

André Ferreira, Diretor de Arte

Fernanda Silva, FESTROIA

Fernando Centeio, Produtor (Zulfilmes)

Ilda Santos, FESTROIA

Luís Vaz, Produtor (Bookcasefilms)

Manuel Claro, Media Desk Portugal

Manuela Lopes Ferreira, revisão

Miguel Barreiras, Fund Manager (Banif-investimento) - FICA

Miguel Valverde, IndieLisboa

Nuno Fonseca, Programa EURIMAGES (ICA.IP)

Pandora Cunha Telles, Produtora (UKBAR Filmes) e presidente da APCA

Paulo Gonçalves, ICA.IP

Maria João Pocinho, ICA.IP

Rosa Sophía Rodríguez, Unidade Técnica IBERMEDIA

DISSERTAÇÃO

Apoios nacionais e europeus ao cinema e audiovisual português (2007 a 2013)

DISSERTATION

Nationals and European supports to Portuguese cinema and audiovisual (2007 to 2013)

RESUMO

Procuró mostrar nesta dissertação a evolução do cinema e audiovisual em Portugal, no contexto da União Europeia onde estamos inseridos, e no período decorrido entre 2007 e 2013.

Os apoios financeiros atribuídos pelos programas nacionais e internacionais a estas áreas da cultura.

Procuró mostrar também a evolução e os novos caminhos do cinema e audiovisual quer na União Europeia, quer em Portugal.

ABSTRACT

I'm looking forward to show in this essay, the evolution of the Portuguese Audiovisual and Cinema, within the European Union context, between 2007 and 2013.

The financial supports assigned by the national and international programs to these areas of culture.

I'm also looking forward to show the evolution and the new paths of the Audiovisual and Cinema in the European Union and in Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Cinema - Audiovisual - Apoios à indústria - Políticas públicas – Portugal - União Europeia.

KEYWORDS

Cinema – Audiovisual - Industry Supports - Public Policies – Portugal - European Union.

1. Metodologia	1
2. Introdução	3
3. A União Europeia e o tratado de lisboa	5
3.1 A União Europeia e a Cultura	7
4. O Conselho da Europa	9
5. Diretivas Europeias e Legislação Portuguesa sobre o cinema e audiovisual.....	10
5.1 Diretiva SCSA – Serviços de Comunicação Social e Audiovisual	10
5.2 Lei 42/2004	11
5.3 Lei 55/2012	12
6. Entidades intervenientes europeias e nacionais	13
6.1 EACEA – Agência Executiva de Educação, Audiovisual e Cultura	13
6.2 ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual	14
6.3 FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual	17
6.4 Cinemateca Nacional	20
7. Entidades reguladoras, da UE e Nacionais	21
7.1 – Direção Geral de Educação e Cultura da UE	21
7.2 – IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais	21
7.3 - ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação	22
7.4 – ICP – ANACOM	23
7.4.1 – TDT-Televisão Digital Terrestre	24
7.5 – A Agenda Digital	25
7.5.1 – Internet em Portugal	26
8. Entidades observadoras da UE e Nacionais	27
8.1 – Observatório Europeu do Audiovisual	27
8.2 – OBERCOM - Observatório da Comunicação	28
9. Programas de apoio ao audiovisual da UE e Internacionais	28
9.1 – Programa Media (2007-2013)	29
9.2 – Programa Eurimages	32

9.3 – Programa European Film Promotion	34
9.4 – Programa Ibermedia	34
10. Programas de Apoio ao Cinema e Audiovisual Português	36
10.1 – Instituto do Cinema e Audiovisual	36
10.1.1 – Protocolo Luso – Brasileiro	37
10.1.2 – Protocolos com os PALOP	37
10.2 – FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual	38
10.3 – Produção Cinematográfica Europeia.....	39
11. Distribuição Cinematográfica	39
11.1 – Número Espetadores, Receitas e Preço do bilhete de cinema	40
12. Exibição Cinematográfica	41
12.1 - Filmes Nacionais mais vistos	44
12.2 – Filmes mais vistos no circuito comercial	45
12.3 – Ecrãs e salas de cinema	46
13. Promoção – Festivais de cinema	48
14. Formação	49
15. Audiovisual	50
15.1 – Produção Audiovisual Europeia	50
15.2 – Produção Audiovisual Nacional	51
15.3 – Audiências de Televisão	53
16. Empresas e Trabalhadores no Cinema e Audiovisual	54
CONCLUSÕES	55
Nota Final	62
Bibliografia	63
Webgrafia	64
Gráficos	66
Imagens	69

LISTA DE ABREVIATURAS

BCE – Banco Central Europeu

CE – Conselho da Europa

CEE – Comunidade económica europeia

CEu – Conselho Europeu

CM - Curta-metragens

Comissão – Comissão Europeia

Conselho – Conselho de ministros da EU

EACEA – Agência executiva de educação, audiovisual e cultura

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Eurosistema – Autoridade Monetária do Euro

FICA – Fundo de investimento para o cinema e audiovisual

ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P.

ICP – Instituto Comunicações de Portugal

IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais

IPTV – Televisão via internet.

LM - Longa-metragem

OberCom – Observatório da Comunicação

OEA- Observatório Europeu do Audiovisual

PE – Parlamento Europeu

PNC – Plano Nacional de Cinema

PSP - Play Station Mobile

PT – Portugal Telecom

TDT – Televisão Digital Terrestre

UE 27 – União Europeia com 27 membros

EU 28 – União Europeia com 28 membros (entrada da Croácia em 1 de julho de 2013)

USD – Dólar dos Estados Unidos da América

VOD – Vídeo-on-Demand - Ver vídeos/filmes via internet, mediante o pagamento de uma taxa.

1. METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida sobre o panorama económico, jurídico, regulamentar e as opções políticas do Estado Português e da U.E.

Trata-se de dois tipos de recolha de informações, Entidades Públicas ou equiparadas e Entidades Privadas/ Pessoas Singulares, que passo a agrupar nos seguintes campos:

No 1º grupo:

Desenvolvi contatos pessoais, a nível nacional, com diversas Entidades e Responsáveis pelos diferentes programas de apoio ao cinema e audiovisual, caracterizando-as, quer nas suas funções/atividades a nível geral, quer no que ao cinema e audiovisual diz respeito:

- Gabinete para o Programa MEDIA 2007, Responsável, Dr. Manuel Claro.
- ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual, a nível geral (Dr.ª Maria João Pocinho).
- FICA- na pessoa do Responsável pela gestão deste programa no BANIF (Dr. Miguel Barreiras).

- Programa IBERMEDIA

Responsável no ICA (Dr. Paulo Gonçalves)

Rosa Sophía Rodríguez da unidade técnica do Programa.

- Programa EURIMAGES, Dr. Nuno Fonseca, ICA,IP.

- IGAC, Inspeção Geral das Atividades Culturais.

No 2º Grupo:

- Associação de Produtores de Videogramas.

- Festivais de Cinema: IndieLisboa e Festroia

- Produtores de Cinema (individualmente):

Fernando Centeio, Pandora Cunha Telles, Luís Vaz e Tino Navarro. ¹

Procurando com isso abranger as áreas das Longas e Curtas-Metragens de ficção e o documentário.

- Produtores de Televisão.

¹ Até iniciar as minhas conclusões da Dissertação e apesar dos diversos contatos efetuados, não foi possível obter uma resposta ao pedido de entrevista.

Pandora Telles (individualmente)

E como Presidente da “Associação de Produtores de Cinema e Audiovisual”.

- Televisões Privadas (TVI).

- Espaço Europa (Centro Jean Monet, Lisboa), ligado à representação da UE em Portugal.

As consultas acima referidas, levaram-me também a apresentar nas conclusões o desenvolvimento do cinema e audiovisual, não só no período em questão, mas também a tendência do mercado para os próximos tempos.

As consultas aos diferentes atores do 1º e 2º grupo, irão dar uma avaliação qualitativa do modelo praticado, a partir da investigação documental e dos pontos de vista, expressos pelos diversos atores do mercado.

Procurei sempre que possível, confrontar as diferentes entidades/individualidades com os valores e as conclusões que apurei durante esta tese, para que possa haver se for caso disso, algum contraditório.

Desenvolvi mais contatos, mas apesar das insistências, não foi possível obter respostas, apesar das várias diligências que efetuei.

Houve também outras Entidades que apesar do apoio inicial que me deram, nomeadamente através de reuniões e contatos via telefone, não mais se mostraram disponíveis para continuar essa colaboração, sobretudo para confirmarem os dados que fui recolhendo.

Estas metodologias inscrevem-se nos campos teóricos e metodológicos do mestrado de ciências da comunicação, especialidade em cinema e televisão e sobretudo da cadeira de “Políticas e Estratégias para o Audiovisual - A migração para o digital”.

2. INTRODUÇÃO

No seu livro “*A crise do audiovisual europeu*”, o Professor Doutor Francisco Rui Cádima faz uma análise de duas décadas e até 2007, do panorama do audiovisual europeu, sobretudo no que diz respeito aos serviços públicos de televisão, concluindo pela falência de uma estratégia europeia, no que aquela matéria diz respeito.

Assim e com outro âmbito, procurarei apresentar o panorama do cinema e audiovisual português, com mais ênfase no cinema do que no audiovisual, no período de 2007 a 2013 (até onde havia dados estatísticos de todos os atores intervenientes, dado que comecei a escrever esta tese em Agosto de 2014).

Este período é muito importante, pelas razões que passo a descrever:

1. 2007 – Assinado o Tratado de Lisboa, que irá trazer novas regras à União Europeia para os 27 Países que integravam a antiga CEE.
2. 2007 – É revista a Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual”, que juntamente com o Programa MEDIA, são os 2 instrumentos estruturantes da política europeia para o audiovisual.
3. 2007 – Entra em vigor o Programa MEDIA (2007-2013), Programa de apoio ao audiovisual europeu.
4. 2007 – Entra em vigor o Programa Cultura da União Europeia.
5. 2007 – Em Portugal, é regulamentado o FICA - Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual.
6. 2007- Em Portugal, é promulgada a Lei da Televisão.
7. 2007- Assinado o Protocolo Luso-Brasileiro para a Coprodução cinematográfica.
8. 2007 – Surge o ICA- Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P., em substituição do ICAM.

O período em questão 2007-2013, além das razões acima apontadas, tem interesse de estudo a meu ver, por se tratar de um período em que decorre uma grande crise financeira que teve origem com o *subprime* nos EUA e que em 2008 começa a estender-se à Europa e a Portugal, transformando-se aquele crise financeira, também numa crise económica.

Também me pareceu importante definir no início deste trabalho, o conceito de obra audiovisual e o conceito de obra cinematográfica, por se tratar de duas definições que são encaradas de forma diferente, quer a nível nacional quer a nível europeu.

Obra Audiovisual

- **(Segundo a Lei 55/2012, art.º2º - alínea f, da Assembleia da República de Portugal)**

“As criações intelectuais expressas por um conjunto de combinações de palavras, música e sons, textos escritos e imagens em movimento, fixadas em qualquer suporte, cujas características técnicas da produção final permitam a transmissão televisiva.

- **(Segundo a Diretiva 2010/13/UE)**

“ ... o termo audiovisual (que inclui o cinema) deverá referir-se a imagens em movimento com ou sem som, incluindo por conseguinte os filmes mudos, mas não abrangendo a transmissão áudio, nem os serviços de rádio”.

Obra Cinematográfica

- **(Segundo a Lei 55/2012 - art.º 2º - alínea g), da Assembleia da República de Portugal)**

“As criações intelectuais expressas por um conjunto de combinações de palavras, música, sons, textos escritos e imagens em movimento, fixadas em qualquer suporte, cujas características técnicas da produção final permitam a exibição em salas de cinema.

- **(Segundo a Diretiva 2010/13/UE)**

A mesma definição que a de obra audiovisual em cima descrita.

Assim, temos então dois conceitos com algumas diferenças importantes, pelo que irei aplicar a definição de obra audiovisual da Diretiva da UE, no caso dos *Programas Europeus* e para Portugal a definição dada pela Lei 55/2012 para obra audiovisual e para obra cinematográfica, com as diferenças entre elas, descritas naquela Lei da Assembleia da República.

Todo o estudo agora efetuado teve também por fim, a procura de entender tudo o que era suscetível de apoiar o cinema e o audiovisual, quer a nível europeu e aí considerando não só a União Europeia a 27; (a Croácia o 28º país a entrar na UE, só o faz no final de 2013, pelo que não foi sempre considerado relevante para este estudo no que à UE dizia respeito), quer os

Países que fazem parte do Conselho da Europa, atualmente com quarenta e sete Estados-membros e seis Estados observadores (Dezembro de 2014).

Também são referidos os quatro Países que fazem parte da EFTA: Liechtenstein, Noruega, Suíça e Islândia.

Devo referir que nem todos os países europeus não comunitários, são participantes nos diferentes programas de apoio ao audiovisual, como é o caso do *Programa Eurimages*, que embora pertença ao Conselho da Europa e este seja constituído por 47 países, daquele programa só fazem parte 36 Países (Dezembro 2014).

Também em sentido contrário, os países abrangidos pelo Programa Media da UE, não são só os países da UE 27 (UE 28 a partir de junho de 2013), mas também a Noruega, Islândia, Liechtenstein, a Suíça e a Croácia.

Começo este trabalho pela apresentação da história resumida da UE, do Tratado de Lisboa que pela sua importância pelo fato de vir definir novas regras no funcionamento da União.

Seguem-se o Conselho da Europa, a Diretiva SCSA e as leis 42/2004 e 55/2012, leis da República Portuguesa que definem de forma clara a maneira como o Estado Português tem vindo a desenvolver o seu apoio às diferentes vertentes do Cinema e do audiovisual.

A seguir vou falar das instituições europeias e nacionais, que são atores neste processo, dos financiamentos envolvidos e por último as conclusões.

3. A UNIÃO EUROPEIA E O TRATADO DE LISBOA

Vou passar a referir agora e de uma forma sucinta, as diferentes etapas que criaram a Comunidade Económica Europeia e que mais tarde a transformaram em União Europeia:

- 1) Em 18 de Abril de 1951 é assinado em Paris, o ***Tratado da Comunidade Europeia de Carvão e Aço***, pela França, Alemanha, Itália, Holanda, Luxemburgo e Bélgica.
- 2) Em 25 de Março de 1957 é assinado por aqueles Países, em Roma o ***Tratado de Roma***, que é constituído por 2 tratados; o que cria a Comunidade Económica Europeia e que é assinado em conjunto com o Tratado da Comunidade Europeia de Energia Atómica, tomando ambos os atos aquela denominação.
- 3) ***Tratado da Fusão***, assinado em Bruxelas em Abril de 1965, fundindo os Executivos existentes e criando uma Comissão e um Conselho para as 3 Comunidades até então criadas.

4) O **Tratado de Maastricht**, também designado por Tratado da União Europeia assinado em 7 de Fevereiro de 1992, veio reforçar o Ato único Europeu, assinado 5 anos antes.

5) Em outubro de 1997 é assinado o **Tratado de Amesterdão**, tendo entrando em vigor no dia 1 de maio de 1999, já com a participação de 15 Países, que altera dois Tratados anteriores: o Tratado da União Europeia e o Tratado que tinha instituído a então CEE.

6) Em 2001, na Cimeira de Laeken foram criadas as bases para avançar com uma Constituição Europeia, projeto este que mais tarde veio a ser chumbado pelos referendos na França e na Holanda (2005).

7) O **Tratado de Nice**, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003 e preparou o alargamento da Comunidade para 25 Estados-membros e para 27 em 2007. É este pois o Tratado, que precedeu o de Lisboa.

8) O **Tratado de Lisboa**, assinado em 13 de dezembro de 2007, entrou em vigor a partir do dia 1 de dezembro de 2009.

Este Tratado veio instituir um conjunto de disposições que vão desde a criação formal da União Europeia, passando pela carta fundamental dos direitos dos cidadãos.

Também as decisões deixarem de ser por unanimidade e passarem a ser tomadas por maioria qualificada.

A criação de novos órgãos de gestão da União, entre outros, foi uma das mudanças que surgiram.

Contudo, muitas destas alterações só iriam contudo entrar em vigor a partir de 2014.

Assim, passaram a ser sete as Instituições da UE e que vou descrever de uma forma resumida as competências de cada uma delas:

1. O Conselho Europeu, constituído pelos Chefes de Estado ou do Governo dos Estados – membros e pelo Presidente da Comissão. É dirigido por um Presidente por eles nomeado, por dois anos e meio.

2. O Parlamento Europeu, formado pelos eurodeputados eleitos de quatro em quatro anos, nos Estados-membros. Tem conjuntamente com o Conselho:

2.1 Função Legislativa: com a elaboração de atos que se repercutem no dia-a-dia dos Cidadãos da Europa.

2.2 Função Orçamental: Elaboração do orçamento anual da UE em conjunto com o Conselho de Ministros.

A partir de 2014 e por imposição do Tratado de Lisboa, este Órgão devido às funções de codecisão, passa a ver reforçado o seu poder Legislativo, em igualdade com o Conselho.

3. O Conselho, órgão onde se reúnem os ministros de todos os Estados - membros com competência num determinado domínio, legislando em codecisão com o Parlamento Europeu.

4. A Comissão Europeia, com funções de iniciativa legislativa e orçamentais. Executa o orçamento e os diferentes programas da UE e demais funções indicadas nos diferentes Tratados da União.

É nomeada como o seu Presidente, por cinco anos, com a aprovação do Parlamento Europeu.

5. O Tribunal de Justiça, é constituído por um tribunal de 1ª instância (Tribunal Geral) e por Tribunais especializados, como por exemplo, o Tribunal da Função Pública.

Tem 28 juízes atualmente, um por cada Estado-membro que elegem o seu Presidente pelo período de três anos, sendo o T.J. assistido por oito Advogados-gerais.

6. O Banco Central Europeu, criado em 1998 pelos 11 Países fundadores da moeda “EURO”, é uma instituição independente dos Governos e é dirigido por um Presidente, um vice-Presidente e quatro Vogais pelo período de 8 anos, não renovável.

O BCE e os Bancos Centrais Nacionais dos Estados-membros cuja moeda é o Euro, atualmente (dezembro 2014) são dezoito, constituem o *Eurosistema*.

Paralelamente ao BCE foi criado pelo Tratado de Lisboa, o Banco Europeu de Investimento (BEI), do qual fazem parte todos os Estados-membros da UE.

7. O Tribunal de Contas, como o Tribunal de justiça, é formado por um juiz de cada estado-membro, sendo o seu Presidente também eleito pelo período de três anos.

3. 1 A UNIÃO EUROPEIA E A CULTURA

O Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, têm como filosofia no campo da cultura o desenvolvimento da produção do cinema europeu e do audiovisual, assim como o dar a conhecer as especificidades de cada Estado-membro a nível cultural, onde o audiovisual está

incluído, fomentar o intercâmbio desse conhecimento de uma forma geral e especificamente entre os Estados que compõem a União Europeia, através de dois programas muito focados: O *Programa Media* e o *Programa Cultura*, ambos da UE. Mais à frente vou-me referir ao *Programa Media*, pela sua importância para o tema desta dissertação.

Assim, este Tratado refere no seu art.º 167, Ponto 2:

A ação da União tem como objetivo, incentivar a cooperação entre os Estados-membros, apoiar e complementar a sua ação nos seguintes domínios:

“... ”

Intercâmbios culturais não comerciais.

Criação artística e literária incluindo o setor audiovisual”.

O Parlamento Europeu e o Conselho Europeu adotam ações de incentivo nestas áreas.

Nas competências partilhadas na cultura entre a UE e os Estados-membros, destaco:

- Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus.
- Conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia.
- Os Países – membros possuem a sua própria política audiovisual, cabendo à União Europeia adotar regras e orientações sempre que estejam em causa interesses comuns, como por exemplo as regras de concorrência.
- *Adotar ações de incentivo para conhecimento das diferentes culturas dos Estados-membros.*

Baseado neste Tratado, que se tornou um dos tratados estruturantes da agora denominada União Europeia, vem este a prosseguir um conjunto de ações na área dos audiovisuais, ao abrigo do seu artigo 6º, alíneas c) que vem reforçar as competências para apoiar e complementar as ações na cultura dos Estados-membros.

É assim que em 2011, vem fazer uma consulta aos 27 Estados da União sobre as regras de apoio ao cinema e audiovisual, que estavam a ser aplicadas pela comunicação de 2001, sobre os apoios dos Estados ao cinema. Apoio esse que não podia exceder os 50% do valor da produção das obras cinematográficas de forma a dar espaço ao investimento comercial nas

mesmas. Estas consultas, cujos resultados só foram ser implementadas no final de 2013, pelo que não são relevantes para esta estudo.

Mais tarde, em Novembro de 2011, o Parlamento Europeu vem a adotar uma resolução que visa combater entre outros, o encerramento das pequenas salas de cinema, a pirataria e a circulação dos filmes dos Estados-membros.

De notar que são a União Europeia e o Conselho da Europa que promovem dois programas: MEDIA e o Eurimages respetivamente, os quais contribuem bastante para o desenvolvimento e conhecimento do cinema e audiovisual Europeu, daí o grande relevo que lhes dou.

4. O CONSELHO DA EUROPA

Criado em 1949 e com sede em Estrasburgo, é atualmente a mais antiga organização intergovernamental europeia.

É composta por 47 Estados-membros (dezembro 2014), seis países com o estatuto de observador (Estados Unidos da América, Canadá, Santa Sé, Japão, México e Israel) e a União Europeia, que nele é representada pela Comissão.

Em 22 de setembro de 1976, Portugal tornou-se o 19º Estado-membro do CE.

Tem como principais missões:

- ✓ Promover a defesa do Direitos Humanos.
- ✓ Concluir acordos à escala europeia para alcançar uma harmonização das práticas sociais e jurídicas em território europeu.

A nível de funcionamento e tomadas de decisão, os órgãos constitutivos do Conselho da Europa são:

- Comité de Ministros
- Assembleia Parlamentar
- Secretariado-Geral

O Secretário-geral é eleito por cinco anos pela Assembleia Parlamentar e tem como missão dirigir e representar o CE, internacionalmente.

Paralelamente existe um secretário-geral adjunto, também eleito por cinco anos e que entre outras funções, substitui aquele em caso do seu impedimento.

Dentro da organização têm ainda poderes outras instituições que atuam em áreas específicas e cujas decisões tem carácter vinculativo para os Estados signatários:

- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.
- Congresso dos Poderes Locais e Regionais.

Portugal, no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, é representado por um juiz.

Financia o cinema, nas suas diferentes facetas, através do Programa Eurimages, onde participavam 38 dos 47 Países que pertenciam em dezembro de 2014, aquela organização.

5. DIRETIVAS EUROPEIAS E LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE O CINEMA E AUDIOVISUAL

Vou passar a referir as principais diretivas, regulamentos, portarias, leis e decretos-lei, que no período em estudo (2007-2013) regularam legislativamente os apoios ao audiovisual e ao cinema, quer na Europa, quer em Portugal.

Convém contudo, notar que o significado de Regulamento, Diretiva e Decisão, que são tomadas pelas diferentes instituições da União Europeia, todas têm um carácter obrigatório, embora de diferentes formas.

5.1 DIRETIVA “SCSA - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL AUDIOVISUAL”

A Diretiva 89/552/CEE emanada pela então Comunidade Europeia em 1989, com a denominação *Diretiva TSF* (televisão sem fronteiras), entrou em vigor em Portugal no dia 1 de setembro de 2002 e apontava em termos gerais para a liberdade de circulação de programas televisivos europeus entre os estados-membros e um aumento para mais de 50%, de obras europeias nas televisões dos países-membros da então CEE.

Em 2003 e 2004, esse valor já alcançava os 60%.

Essa Diretiva visava também preservar a diversidade cultural, o direito de resposta, o direito dos consumidores e a proteção de menores, entre outros.

Com o objetivo de modernizar os princípios subjacentes à mesma e acompanhar a evolução tecnológica que foi acontecendo, foi revista em 1997, tendo em 2007 sido alvo de uma nova revisão, cujo objetivo foi o de acompanhar a evolução do mercado audiovisual europeu, estabelecendo uma distinção entre *serviços lineares* (TV tradicional, Internet e telefonia sem fios) e *serviços não – lineares* (TV on demand).

Em 2010 o Parlamento Europeu e o Conselho emanaram a *Diretiva 2010/13/U.E.*, que regula a Diretiva anterior e vem a denominar-se *Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual (SCSA)”*, com entrada em vigor em 5 de maio de 2010.

Assim e em termos gerais, esta diretiva tem como objetivos principais:

- ✓ Promoção de programas televisivos europeus e sua distribuição
- ✓ Publicidade Televisiva e televendas.
- ✓ Direito de resposta.
- ✓ Proteção de Menores.
- ✓ Cooperação entre Entidades Reguladoras.
- ✓ Direitos exclusivos e curtos resumos noticiosos na radiodifusão televisiva.
- ✓ Definir o conceito de obra audiovisual, já referido anteriormente.

5.2 LEI 42/2004 DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Conhecida pela lei da arte cinematográfica e do audiovisual, define os eixos fundamentais dos apoios do Estado Português ao cinema e audiovisual.

Vem definir, entre outros, o conceito:

- ✓ Obra cinematográfica e obra audiovisual, conforme já referi no capítulo 5.
- ✓ Atividades cinematográficas e audiovisuais.
- ✓ Produção Cinematográfica e audiovisual.
- ✓ Longas e curtas-metragens, obra de animação e documentário.
- ✓ Primeiras obras, telefilmes, séries para televisão e obras multiplataformas.
- ✓ Obra nacional, cinematográfica ou audiovisual, com as seguintes características:
 - Ter um mínimo de 50% de autores portugueses ou nacionais da União Europeia.
 - Ter um mínimo de 50% de atores portugueses ou da UE.
 - Versão original em língua portuguesa (salvo exceções).
 - É também considerada obra nacional, a que tenha produção ou coprodução nos termos de acordos internacionais que vinculem o Estado Português, como os programas internacionais: MEDIA, EURIMAGES, IBERMEDIA, protocolo Luso-Brasileiro, entre outros.

Vem definir também, os conceitos:

- ✓ Produtor, distribuidor e exibidor cinematográfico.
- ✓ Operador e distribuidor de televisão.

Vem definir claramente, as fontes de financiamento, para os diversos atores a montante:

✓ Taxa de exibição:

- 4% do valor da publicidade em cinema e televisão, a ser distribuído da seguinte forma:

- 3,2% para o ICA, I.P.

- 0,8% para a Cinemateca Portuguesa.

Contribuição para o FICA (Fundo do qual falarei mais tarde):

- 5% das receitas dos prestadores de serviço de acesso condicionado de televisão.

- 2% das receitas da distribuição de cinema.

- 2% das receitas de distribuição de videogramas.

✓ Retenção pelos exibidores, de 7,5% sobre o preço do bilhete de cinema. Sendo:










- 5% para o exibidor.

- 2,5% para o FICA.

5.3 LEI 55/2012 DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Esta Lei que revoga a Lei 42/2004 e vem definir os princípios do Estado Português no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais.

Em termos muito gerais clarifica ou altera as seguintes definições:

-  - Atividades cinematográficas
-  - Comunicação comercial audiovisual
-  - Exibidor
-  - Obras cinematográficas e audiovisuais.
-  - Obra criativa
-  - Obra de produção Independente
-  - Obras europeias e equiparadas
-  - Obras nacionais
-  - Operador de distribuição e de televisão, ...

Refere ainda os apoios do Estado Português às atividades cinematográficas e audiovisuais.

Define um conjunto de taxas a aplicar aos anunciantes de publicidade nas salas de cinema, a comunicação comercial audiovisual transmitida pelos operadores de televisão e a incluída nos serviços audiovisuais a pedido e ainda a publicidade nos guias eletrónicos da programação.

Essas taxas são iguais às da lei anterior, introduzindo contudo uma outra;

- Uma taxa anual de 3,50€ (progressiva e até ao limite de 5,00€), a ser paga pelos operadores de serviços de televisão, por cada subscrição efetuada.

À semelhança da Lei anterior, vem também definir um conjunto de investimentos a que estão obrigados os operadores de televisão a aplicar na criação artística e audiovisual, consignando depois diversas percentagens, partindo de um patamar de 0,75% até um limite de 1,5% ao fim de um determinado período de tempo e com certas condições.

Define ainda os investimentos obrigatórios a serem efetuados pelos setores de distribuição e operadores de serviços audiovisuais a pedido.

6. ENTIDADES INTERVENIENTES EUROPEIAS E NACIONAIS

Neste capítulo irei referir as entidades públicas e privadas, a nível europeu e a nível nacional e também nalguns casos, a nível internacional que intervêm neste processo de financiamento ao cinema e ao audiovisual.

Acrescento ainda as definições dadas pela Lei 42/2004 e pelo Decreto-Lei Regulamentar AA/2009-2010:

- **Curta-Metragem:** Obra com a duração inferior a 60 minutos.
- **Longa-Metragem:** Obra Cinematográfica com a duração igual ou superior a 90 minutos.
- **Obra de Animação:** Obra composta por uma percentagem mínima de 70% de segmentos animados, imagem a imagem.
- **Documentário Cinematográfico de Criação:** Obra que contém uma análise original (do Autor), de qualquer aspeto da realidade e não possua carácter predominantemente noticioso, didático ou publicitário.

6.1 EACEA – AGÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, AUDIOVISUAL E CULTURA

Criada em 2006 e regulada em 2009 pela Comissão Europeia, esta Agência tem como principais funções a gestão dos programas de financiamento da UE nos domínios da cultura, educação, audiovisual, desportos, cidadania e voluntariado.

Geriu até ao final de 2013 os seguintes programas da UE (entre outros):

Programa MEDIA, Programa Media Mundus, Programa Cultura, Programa Erasmus Mundus, Programa “Europa para os Cidadãos, Programa “Juventude em Ação”, etc.

Mais recentemente (a partir de 2014), os novos Programas; Europa Criativa e Erasmus +.

A EACEA tem como tarefas mais relevantes:

- A elaboração das linhas orientadoras para as candidaturas a serem apresentadas.
- A evolução destas candidaturas, a sua seleção e a elaboração de contratos entre as diversas partes intervenientes.
- A gestão financeira dos diferentes programas e candidaturas aprovadas.
- O controlo e a inspeção aos projetos financiados.

Nos países europeus que participam no Programa MEDIA, possui pelo menos um Gabinete, denominado Gabinete Media DESK.

Em Portugal este Gabinete é uma associação público-privada que tem como membros além do ICA, associações e entidades ligadas aos sectores do cinema e do vídeo, que promovia e acompanhava em Portugal, o Programa MEDIA e atualmente o novo Programa que veio substituir aquele, o Programa “Europa Criativa”.

Este Gabinete possui também no nosso País diversas extensões, denominadas antenas.

A Agência responde politicamente à Direção Geral da Educação e Cultura da UE.

6.2 ICA-INSTITUTO DO CINEMA E AUDIOVISUAL, I.P.

Sucessor do também Instituto Público ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia), é criado em 2007 pelo decreto-Lei nº 95/2007 e mais tarde regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 79/2012 de 27 de março que vem revogar aquele, tendo em vista as novas tarefas definidas no PREMAC (Plano de Redução e Melhoria da Administração Central) do XIX Governo Constitucional Português.

Nesse ano de 2012, não houve qualquer apoio ao cinema e audiovisual, assim como a outros programas de apoio nomeadamente a cineclubes, festivais, etc., como é importante referir aqui.

O ICA tem como atribuições principais, entre outras:

- Assegurar a execução das políticas do estado português para o cinema e audiovisual.

- Assegurar a representação do Estado Português junto a entidades internacionais que representem os setores do cinema e audiovisual, como por exemplo programas da UE, do Conselho da Europa, de países da CPLP e Protocolos a nível Ibero-americano.
- Fazer o registo das empresas cinematográficas e audiovisuais, que é obrigatório para estas se poderem candidatar aos concursos, para obterem apoios financeiros.
- Gerir o FICA - Fundo de Investimento para o Cinema e do Audiovisual.
- Promover diversos programas financeiros de apoio ao cinema e audiovisual, que vão da criação à divulgação e exibição das obras a nível nacional, europeu e extra espaço comunitário, dirigido para a divulgação da nossa cultura e da língua portuguesa.

Passo a enumerar as diferentes áreas a apoiar:

a) A nível da criação e desenvolvimento²:

Apoio à escrita de argumentos: nomeadamente a argumentistas e a realizadores.

b) A nível da produção (Apoio aos produtores independentes):

- Apoio às primeiras obras.
- Apoio a longas e curtas-metragens - metragens de ficção.
- Apoio a documentários.
- Apoio a longas-metragens de cinema de animação.
- Apoio a coproduções.

c) A nível da distribuição:

- Apoio à distribuição cinematográfica de obras nacionais e de obras de cinematografias internacionais pouco conhecidas.

d) A nível da exibição:

d.1 - A nível não comercial:

Programa Rede: Apoio a cineclubes, salas de cinema de associações culturais e municipais, retrospectivas, etc.

Apoio a festivais de cinema.

² Fase de desenvolvimento - Elaboração do projeto antes da entrada do mesmo em produção.

d.2 - A nível comercial: Exemplo: apoio à digitalização de salas de cinema.

e) A nível da Formação:

Apoio a escolas com formação na área do cinema e audiovisuais e através de protocolos com Escolas Secundárias, Institutos Politécnicos, Faculdades e Universidades.

O ICA tem ainda acordos bilaterais, a nível da coprodução; com Portugal como coprodutor maioritário, com alguns países da CPLP, para longas - metragens de ficção, longas e curtas de animação e documentários, cujo apoio poderá ir até 90% da obra.

Nos casos em que Portugal é coprodutor minoritário, derivado de acordos, protocolos, convénios como o Programa Eurimages e o Programa IBERMEDIA, de que falarei mais à frente. Esse apoio poderá ir até aos 80% do valor do orçamento das obras, desde que estas sejam, longas-metragens de ficção, ou de animação, ou documentários.

Passo agora a referir alguns dos acordos de coprodução em que Portugal participa com um outro País:

- Acordo de coprodução com a Alemanha, Angola, Brasil, Cabo-Verde, Espanha, França, Itália e Moçambique.

De destacar também, dois outros Programas promovidos pelo ICA:

6.2.1 Programa Automático:

Para Produtores de longas-metragens de ficção e animação que tiveram em exibição em sala, mais de 20.000 espetadores e também a receita comercial de bilheteira da obra anterior do mesmo produtor.

O valor a apoiar pode ir até 20% da receita da exploração da obra, apoio esse para reinvestimento em novas produções de L.M. de ficção/animação.

6.2.2 Programa Complementar:

Este programa tem como finalidade o apoio aos realizadores cinematográficos, cujo curriculum tenha demonstrado o seu empenho na divulgação da cultura e da língua portuguesa.

Esse apoio pode ir até 70% do orçamento da obra cinematográfica.

Os apoios financeiros a conceder, a cima referidos, são todos a fundo perdido.

Nota importante: **Não** podem ser apoiadas por este Instituto as obras já apoiadas pelo FICA.

As contrapartidas pelo apoio financeiro que a lei-55/2012 define para o ICA, referem em termos gerais:

- Para efeitos da promoção e divulgação do cinema e da cultura portuguesa, o ICA detém durante 2 anos os direitos de exibição não comercial da obra apoiada, após a 1ª exibição desta.
- Findos os 2 anos atrás referidos esses direitos passam para a Cinemateca Nacional, até 5 anos após a 1ª exibição comercial da obra.

O ICA tem como receitas as que lhe são atribuídas pelo orçamento do Estado e como vimos anteriormente pelas taxas que lhe foram consignadas pela Lei 42/2004 e 55/2012

6.3 FICA-FUNDO DE INVESTIMENTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL

Foi criado em 2004, mas só regulamentado e constituído em 2007 pela Portaria 277/2007. Este fundo investe na produção cinematográfica, intervindo na participação societária das produtoras apoiadas, sob a forma de empréstimos.

Tem a seguinte duração:

- É constituído por 7 anos:
- Sendo 5 anos para investimento e os últimos 2 anos de desinvestimento.

São participantes no FICA:

- Finova (ICA em representação do Estado Português) 40% do capital subscrito.
- RTP 6% - SIC 12% - TVI 12% - ZON 30%³

Cada uma destas entidades tem um elemento seu na *Assembleia de Participantes*.

Foi constituído com um capital de 83 milhões de euros totalmente subscritos, tendo sido investidos até ao final de Dezembro de 2010 pelos números então divulgados pela entidade gestora do Fundo “*Banif-Gestão de Ativos*”, 23,9 milhões euros, ou seja 29% do valor do mesmo, encontrando-se desde essa altura em liquidação, por falta de entendimento e interesse entre os seus participantes.

Este valor podia ser aplicado, como investimento em obras cinematográficas, audiovisuais e multimédia (multiplataformas) tendo em vista o aumento do valor destas e em produtoras destas áreas.

³ Inicialmente denominada PT Multimédia

A entidade gestora foi inicialmente o ESAF-BES - Ativos Financeiros (até 2010) e sendo atualmente o BANIF – Gestão de Ativos (2010/2013), registada na CMVM, sendo também esta entidade depositária dos valores movimentados por este Fundo.

São atribuições do FICA:

- Fazer investimentos **diretos**, da seguinte forma:

- Financia uma ou mais obras ao produtor independente.

Esse financiamento tem várias etapas, que irão sendo validadas uma a uma, libertando os respetivos financiamentos parcelares:

Exº. Início da rodagem ... 1ª *tranche*. Fim da rodagem ... 2ª *tranche*. Fim da pós-produção ... 3ª *tranche*, etc. Num máximo de 10% por *tranche*.

Os financiamentos vão de 70% a 90%, conforme o potencial da obra, sendo essa percentagem negociável.

O reembolso é feito durante as diferentes faces de comercialização, da obra apoiada.

Exº Exibição em sala, produção de DVDs, ...

- Fazer investimento **indireto** = capital de risco

Entra no capital de uma produtora, que se tenha candidatado ao FICA, com uma ou mais obras cinematográficas. É então constituída uma sociedade entre ambos, durante **X** anos (a contratualizar). O FICA será ressarcido do seu financiamento pelas receitas da exploração comercial da obra.

No final o FICA vai vender a sua participação na sociedade, que entretanto foi constituída para gerir o projeto.

O FICA foi criado para dar apoio à produção cinematográfica e audiovisual com critérios comerciais/financeiros, ao contrário do ICA cujos critérios são artísticos e culturais, descurando o aspeto financeiro.

O mercado português sendo pequeno não tem grandes participantes na “*Cadeia de Valor*”.

Tentou-se pois a certa altura, segundo o Representante da atual *Sociedade Gestora*; “*criar um mecanismo que fizesse desenvolver o setor, com ritmo e cadência de forma a começar a ter certa expressão económica*”...

“Havia até então um círculo vicioso, o Produtor criava filmes para agradar esteticamente aos diferentes júris dos concursos de apoio financeiro, não levando em conta o aspeto comercial, pelo que indubitavelmente as obras produzidas davam prejuízo, por não serem feitas para os seus destinatários, o público”, segundo ainda ele.

O FICA tenta romper com este círculo ao levar os canais de TV mais relevantes (RTP; SIC e TVI) e um dos canais de cabo (ZON) a participar como associados, de forma a estes terem uma palavra a dizer sobre os apoios a conceder, pois são eles que conhecem os públicos destinatários e segundo António Pedro Vasconcelos em entrevista à SIC-Notícias⁴: *“4,5% da publicidade das televisões vai para o apoio ao cinema. Devem ser as televisões a constituir o júri dos filmes a apoiar”.*

A Sociedade gestora do FICA passou a definir então, um conjunto de regras claras:

- Por um lado os projetos apresentados são avaliados pelo seu potencial económico, ou seja pelas receitas que podem produzir.
- Por outro lado, vai obrigar os produtores a participarem no risco, quer com as verbas que metem no projeto, quer com os seus lucros, dos quais só são ressarcidos no final e com as receitas da exploração da obra.

Cabe também à entidade gestora, propor à *Assembleia de Participantes do Fundo*, uma lista de nomes que depois de votados, formarão um *Conselho Consultivo*, cujos pareceres baseados em relatórios periciais, sobre as obras a concurso, têm um carácter não vinculativo. Dá também parecer aos investimentos e desinvestimentos do *Fundo*, assim como a produção, distribuição e comercialização das obras que foram entretanto apoiadas.

Este *Conselho* é formado por 3 elementos, juridicamente e financeiramente independentes da *Entidade Gestora*.

O FICA *“devido ao seu modelo de duração, 5 anos de investimento em 7 anos de duração total, não teve tempo para ter melhores resultados, ao contrário dos modelos do Brasil ou do Reino Unido por exemplo, que só começaram a dar frutos ao fim de 10 ou mais anos”*, segundo o que me foi referido pelo Representante do BANIF – Gestão de Ativos.

Segundo o Governo da altura, pretendia este modelo ser o correto, para alterar o rumo do cinema português e pô-lo numa rota mais rentável e sustentável.

⁴ Programa “A Propósito”, SIC Notícias, 20 de Setembro de 2014.

6.4 CINEMATECA NACIONAL – MUSEU DO CINEMA

Criada em 1948 e regulamentada pela última vez em 1997 (decreto-Lei 165/97), este instituto público, tem 4 eixos fundamentais de atuação:

- a) Colecionar, restaurar, preservar e catalogar as obras do cinema português.

Criou um centro para todas as atividades de preservação e pesquisa técnica, utilizando para isso o recurso às novas tecnologias, localizado em Bucelas (Loures).

- b) Exibição e promoção de obras cinematográficas da sua coleção.

Como uma das contrapartidas do apoio do financiamento do ICA à produção de obras cinematográficas, uma delas é a sua exibição não comercial até ao 5º ano posterior da sua 1ª. exibição comercial, conforme referi anteriormente.

Outra fase é a promoção de cinematografias, de realizadores menos conhecidos e a divulgação de obras nacionais à sua guarda.

- c) Promoção, formação e investigação de obras ligadas as diferentes facetas do cinema.

Para o efeito e entre outros, de acesso às suas obras, mediante pedido prévio, a Cinemateca põe-nas à disposição das Escolas, para fazerem investigação.

- c) Depósito de obras cinematográficas.

Possui para isso um moderno Centro de Arquivo de Imagens em Movimento (ANIM) que nos últimos 15 anos, restaurou cerca de 650 obras cinematográficas.

Conjuntamente com a Direção Geral da Educação gere também o PNC - Plano Nacional de Cinema, que teve início no ano letivo de 2012/2013, em 23 escolas., que tem como objetivos:

- Divulgação de obras cinematográficas nacionais aos alunos das escolas públicas e privadas, no sentido de lhes criar o hábito de ver cinema.
- Valorizar a arte cinematográfica, junto às camadas jovens da nossa população escolar.

7. ENTIDADES REGULADORAS, DA UE E NACIONAIS

Vou passar a descrever as entidades a nível comunitário e a nível nacional, que mais relevantes me parecem ser de distinguir, tendo em vista os objetivos desta dissertação.

7.1 DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DA UE

É a Entidade da União Europeia responsável pela gestão política dos programas de educação, cultura, juventude e desportos.

Esta Direção Geral é dirigida por um Diretor, que responde diretamente ao Comissário europeu responsável pelas áreas acima referidas.

Gere politicamente entre outros, os programas Cultura, Media, Media Mundus, Erasmus, Juventude em Ação, conjuntamente nalguns aspetos com outras entidades da UE, como a Direção Geral da Comunicação.

Superintende a Agência Executiva de Educação, Audiovisual e Cultura - EACEA, à qual já fiz referência no ponto 9.1.

7.2 IGAC, INSPEÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Organismo da Administração Pública Central, criado pelo Decreto-lei 80/97 que tem entre outras, as seguintes missões:

- Assegurar as atividades de supervisão, fiscalização e monitorização na área do direito do autor e conexos.
- A fiscalização dos recintos culturais.
- Assegurar o registo, a classificação e a autenticação de obras e de conteúdos culturais:
 - Registo das obras audiovisuais ... **obrigatório**.
 - Registo do promotor artístico ... **obrigatório**.
 - Registo das obras literárias e científicas ... **facultativo**.

Vou agora descrever o registo efetuado, anualmente, por esta Entidade da Administração Pública, relativamente aos videogramas registados em Portugal (não estão contabilizados os videojogos):

Registo de videogramas em Portugal

Videogramas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DVD	4.804	4.474	3.817	3.536	2.342	2.124	1.604
BLU-RAY	64	230	327	349	318	269	222
VHS	40	30	10	-	-	-	-
PSP	18	16	11	2	-	-	-
Outros	1	2	1	16	-	-	-
TOTAL	4.927	4.752	4.166	3.903	2.660	2.393	1.826

Fonte: IGAC

Quadro 1

Da análise efetuada a estes números e cujo interesse é verificar a evolução deste mercado de suportes de imagem, podemos observar:

- 1.- O desaparecimento total do registo de cassetes VHS em 2010, cujo número já era residual em 2007.
- 2.- O decréscimo do registo de DVDs desde 2008 e o desaparecimento da PSP em 2010.
- 3.- O aumento dos Blu-Ray (que embora sendo também um DVD, é um sistema que vem melhorar o existente) até 2010 e o seu decréscimo a partir desse ano.

Se no 1º caso, tem a ver com o aumento do registo digital, nos videogramas, no 2º caso penso que está, sobretudo, relacionado por um lado, com a crise financeira e económica que se abateu em Portugal e se fez sentir em pleno em 2010, por outro lado também se deve ao aparecimento e desenvolvimento de outros produtos de multimédia, nomeadamente os videojogos.

A título de curiosidade o nº de videojogos registados (3.047) em 2012 já ultrapassava o dos videogramas (2.393).

7.3 ERC, ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO

Criada pela Lei 52/2005, em substituição da *Alta Autoridade para a Comunicação*, é uma *Entidade Administrativa Independente*.

Da sua administração fazem parte 5 membros, um Presidente, um Vice-Presidente e 3 Vogais, em que quatro dos quais são eleitos pela Assembleia da República, sendo o quinto coadaptado por estes.

Como missões principais e no âmbito da televisão, destaco:

- Garantir o direito de expressão das diferentes correntes plurais de pensamento e respetiva liberdade de imprensa.
- Garantir a independência dos órgãos de comunicação face aos poderes políticos e económicos.
- Proteger os direitos dos mais jovens e dos mais frágeis, relativamente aos programas de televisão, que possam ser prejudiciais ao seu desenvolvimento.
- Garantir o direito de antena de resposta das diferentes correntes de opinião, associações patronais, sindicais, entre outras, como resposta ao poder político.
- Colaborar na definição das políticas estratégicas relativamente à utilização do espetro radioelétrico não se sobrepondo às atribuições próprias do ICP-ANACOM.

7.4 ICP – ANACOM

Inicialmente denominando-se *ICP - Instituto de Comunicações de Portugal*, a partir de Janeiro de 2002 passou-se a denominar; ANACOM-Autoridade Nacional para as Comunicações.

É uma Entidade Pública que garante em termos de igualdade o acesso à rede dos operadores de comunicações, tendo como objetivos principais:

- A regulação do setor de comunicação de forma a garantir o acesso em pé de igualdade a todos os operadores de telecomunicação.
- Propor medidas estratégicas, à semelhança da ERC, para implementar e regulamentar as redes de comunicação eletrónicas, sendo estas consideradas; os sistemas de comunicação de sinais como a internet, as redes fixas ou móveis de transmissão de sinais de televisão, como os satélites, as redes de televisão por cabo, entre outras.
- A supervisão e fiscalização dos operadores de telecomunicações de forma a garantir uma boa distribuição dos sinais de televisão no espetro radioelétrico a fim de proteger os consumidores.

Coordenou a implementação da TDT-Televisão Digital Terrestre.

7.4.1- TDT – Televisão Digital Terrestre

“Designação atribuída ao sistema de televisão digital difundida por via hertziana ou terrestre, baseado na norma DVB-T, que substituiu o sistema analógico terrestre (ANACOM) ”.

A *Recomendação* da UE de 2005, reforçada pela *Recomendação* de 28 de outubro de 2009, em que os Estados-membros deveriam até 2012 fazer a transição das emissões da televisão analógica, para as emissões de televisão digital, pretendia com isso obter um melhor aproveitamento do espaço radioelétrico. Como exemplo disso, é de notar que no espaço ocupado por um canal *standard* analógico, cabem dez canais *standards* digitais.

Em 2007, dá-se então início a uma 2ª tentativa de implementação da TDT (tinha havido uma 1ª tentativa em 2001, tendo sido em 2003 revogada a licença então concedida à PTDP), com um concurso público de que sai vencedor em 2008, a Portugal Telecom (PT).

Esta mesma empresa vence também o concurso de exploração dos canais pagos na TDT, que segundo creio, este era um dos negócios em que a PT procuraria tirar dividendos, passando também pelo aumento de canais temáticos.

O arranque desta 2ª fase das transmissões digitais terrestres teve início em 2009, tendo havido a 26 de Abril de 2012 o desligamento total da televisão analógica, em Portugal.

Essa melhoria técnica que se refletiu desde logo numa melhor qualidade de imagem e som, que embora não tão boas como era espetável, não foi contudo acompanhada pela criação de mais valências que essa evolução tecnológica trazia, como por exemplo a interatividade (a nível europeu essa valência também é pequena), mas, sobretudo, por não acrescentar mais canais aos 4 canais generalistas (RTP1, RTP2, SIC e TVI) e ao Canal Parlamento, que atualmente fazem parte da sua plataforma.

De notar alguns países da europa, com população semelhante à nossa, em que são difundidos canais livres e canais por subscrição através desta plataforma, em principio de 2013:

- A Áustria com 8 milhões de habitantes e 7 canais (já em 2008).
- A Bélgica e a República Checa com 10,5 milhões e 9 e 10 canais, respetivamente.
- A Grécia com 11,5 milhões de habitantes, 17 canais nacionais.
- A Hungria, 10,1 milhões 7 canais nacionais.
- Portugal, 5 canais nacionais: (RTP1, RTP2, SIC e TVI) e o canal Parlamento (AR TV) é em 2013 o País da UE a 27, juntamente com a Estónia, com menos canais transmitidos pela TDT.

Concluindo;

A nível da União Europeia, com a atribuição da meta de 2012, para se efetuar o apagão analógico nos Estados-membros, com exceção da Polónia, a UE esteve à frente da implementação da TDT, a nível mundial.

Portugal já está abrangido em 100% do seu território continental por emissores da TDT, ou por meios auxiliares (parabólicas, satélites...). Contudo, devemos notar, que nalgumas zonas, a captação da TDT é ainda irregular e de baixa qualidade, tendo disparado o número de subscrições de televisão por cabo, sendo que o número de casas com TV paga ascende no final do 3º semestre de 2013 (fonte ANACOM), a 26,6% de todas as habitações existentes e a 1.312 milhões de assinantes, tendo havido neste último caso um crescimento anual de 6,4% até ao final de 2013, tendo o MEO (canal de TV paga, da PT), sido um dos grandes beneficiários, com um aumento que rondou nos anos de instalação da TDT os 185%.

Os sinais de emissão daquela plataforma são unicamente da responsabilidade da empresa vencedora a PT, o que se transformou num bom negócio, pois ficou com o monopólio da comercialização dos *Kits* de receção da TV via satélite, nas zonas onde não há sinal de TV (zona de sombra), o que leva também a não permitir, que os espetadores possam decodificar os diferentes sinais europeus de TV que circulam no espaço radioelétrico e que são de acesso livre.

Tendo-se criado grandes expectativas também a nível da qualidade dos sinais de televisão emitidos pela TDT, em breve se verificou que aquelas expectativas saíram goradas, tendo alguns autores atribuído esse falhanço aos lóbis existentes (PT e forças políticas), resultando que a qualidade desta plataforma é uma das piores da União Europeia.

7.5 AGENDA DIGITAL

O Conselho Europeu realizado em Lisboa em Março de 2000, adotou como objetivo estratégico até 2010, transformar a Europa na economia mais desenvolvida do mundo, através do desenvolvimento do conhecimento, inovação, e coesão social.

Assim surge em Portugal, o *“Plano Tecnológico”*, criado pelo XV Governo constitucional que tinha como missão, no período de 2006-2009 transformar Portugal numa economia com mais dinamismo e capaz de se desenvolver na nova sociedade do conhecimento.

Esse plano desenvolvia-se em 3 áreas:

Conhecimento – Tecnologia - Inovação

Basicamente era a sua aposta na área dos recursos humanos, na generalização do acesso à internet e tecnologias da informação e comunicação (TIC) e nas apostas de criação de uma economia ligada ao desenvolvimento das indústrias criativas e na inovação.

Um aspeto importante deste plano tinha a ver com a inovação e modernização da administração pública (*PRACE - Programa de Restruturação da Administração Pública Central do Estado Português*, criado em agosto de 2005).

Como grande conquista do então *Plano Tecnológico* é de destacar o aumento da ligação dos cidadãos e escolas à internet e à banda larga, o aumento dos alunos com computador pessoal, graças em parte ao programa *e-escolas* e *e-escolinhas*.

O Programa *e-escolas* era dirigido aos alunos do 5º ao 12º ano e a iniciativa *e-escolinhas* aos alunos entre o 1º e o 4º ano de escolaridade e foram ambos lançados em 2007, juntamente com outros programas como por exemplo o *e-professores*.

Estes 2 programas visavam também transformar Portugal no País do mundo onde o acesso à aquisição de computadores pessoais pelos alunos dos diferentes graus de ensino, atrás referidos, fosse o que mais vantagens económicas trazia.

A par destes programas, foram também entregues aos alunos com menos posses, o conhecido computador *Magalhães*.

A Comissão Europeia veio a aprovar em Maio de 2010, a *Agenda Digital para a Europa - 2020*, tendo em vista relançar a economia e o crescimento sustentável dos países no espaço da União, assim como a dinamização do setor das TIC-Tecnologias de Informação e Comunicação. Aponta para 101 ações que se agrupam em 7 áreas distintas.

Em resposta a este desafio, o Governo Português aprovou, em novembro de 2010, a *Agenda Digital 2015* e 2 anos mais tarde a nova agenda digital – *Portugal digital* – que tem por metas transformar Portugal quer num dos países mais desenvolvidos a nível digital da Europa, quer nos níveis de crescimento e desenvolvimento industrial de novos produtos e serviços.

Prevê a atuação em 6 áreas, das quais relevo 3:

Acesso à banda larga e ao mercado digital - Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação - O empreendedorismo e a internacionalização das TIC.

7.5.1 - Internet em Portugal – É em 2007 que segundo dados da Empresa Nielson e referentes ao período de 2004 a 2014, que o consumo de internet no nosso País disparou, fruto da aplicação do Programa *e-escolas* e *e-escolinhas*. Paralelamente a isso e segundo dados da

Marktest (Bareme Internet), em 2007 havia 46,6% de indivíduos do continente, com mais de 15 anos de idade que utilizavam a internet, vindo esse valor a aumentar gradualmente para os 63,3% em 2013.

Os domínios mais acedidos pelos internautas portugueses já em 2014, foram:

1º lugar - Google (.com e .pt), 2º lugar - Facebook.com e 3º lugar - Youtube

Como curiosidade os portugueses que acediam via net à informação (jornais e revistas), eram de 5,2 milhões, valor este que correspondia a cerca de 90% dos internautas portugueses, segundo dados da Marktest.

Também no modo utilizado para ver televisão, nota-se que nos últimos 5 anos deste estudo, 2009 - 2013 a nível da UE 28, enquanto se mantém constante o número de assinantes por cabo, a nível do visionamento pela internet (IPTV) e também segundo o OEA, houve um aumento de cerca de 250% sobre o visionamento naquela plataforma. Portugal, embora com um crescimento mais modesto, tem acompanhado também essa tendência.

Os serviços audiovisuais de vídeo-on-demand em Portugal totalizam 45 (Abril de 2013), estando no meio de um ranking na Europa a 28, encimado pelo Reino Unido (419) e França (368) e em último lugar: Malta com 10 serviços.

8. ENTIDADES OBSERVADORAS, DA UE E NACIONAIS

Neste capítulo selecionei as duas Entidades mais importantes, no que ao objetivos desta dissertação dizem respeito.

8.1 OBSERVATÓRIO EUROPEU DO AUDIOVISUAL

Criado pelo Conselho da Europa em 1992, tem por finalidade recolher informações sobre os diversos acontecimentos no audiovisual europeu e divulga-las a nível oficial e particular nos Estados - membros do Conselho da Europa, 47 efetivos e 7 observadores, nos quais se inclui a UE.

A sua missão principal é feita através de publicações, artigos, base de dados e ações de formação, virados para os seguintes setores:

- Cinema, Televisão e Vídeo
- Novos Media

Entre as revistas que publica com um caráter regular realço, a *IRIS PLUS* uma revista bimensal sobre o audiovisual europeu e um anuário sobre o panorama do cinema e da TV europeia.

Nas publicações *on-line*:

- MAVISE, uma base de dados que fornece elementos, sobre Canais de televisão, serviços on-demand e companhias de TV da Europa.
- KORDA, uma base de dados sobre os financiamentos públicos atribuídos às obras audiovisuais europeias.
- IRIS Merlin, base de dados jurídicos sobre o audiovisual europeu.
- LUMIERE, outra base de dados sobre os filmes estreados em sala, na Europa.

Além também de uma *newsletter* mensal, publica um conjunto de outras publicações sobre os mais diversos temas ligados ao audiovisual europeu.

8.2 OBERCOM – OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO

Entidade sem fins lucrativos é uma Instituição particular que vive sobretudo das quotizações dos seus associados.

Tem como missão oferecer aos seus sócios, informações sobre a evolução dos mercados para a criação de novas áreas de intervenção.

Tem acompanhado de forma primordial a revolução do digital.

É dirigido por uma direção, eleita em assembleia geral pelos seus associados, por 3 anos renováveis, bem como um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo e Científico, cuja principal missão é de acompanhar e de dar pareceres sobre as diferentes tarefas desempenhadas pelo OBERCOM.

Tem diversas publicações, das quais destaco uma *newsletter* mensal, aberta a todas as pessoas, diversas publicações sem caráter regular que abordam diversos temas ligados à comunicação. Relatórios setoriais dirigidos aos seus associados e um anuário sobre o panorama da comunicação social em Portugal, durante um ano económico.

9. PROGRAMAS DE APOIO AO AUDIOVISUAL DA UE E INTERNACIONAIS

No âmbito deste estudo e após ter citado alguns atores e políticas que têm regido o cinema e audiovisual, irei descrever neste capítulo, os programas mais importantes.

Também referirei os Protocolos, Convénios e Acordos existentes entre os diferentes setores quer europeus e nacionais, quer internacionais. Descreverei pela sua importância o *Programa IBERMEDIA*, que não sendo um programa europeu, mas sim como o nome indica de um conjunto de países Ibéricos e do continente americano, do qual a Espanha e Portugal fazem parte, quer pela importância do mesmo, quer pela abertura do cinema e audiovisual nacional a outras geografias, que o mesmo propicia.

Existe também um Programa da União Europeia “Programa Cultura”, do qual me irei abster de fazer grande referência, pois trata-se um programa de intercâmbio cultural para países da UE e países com acordo de associação com aqueles a nível cultural.

9.1 PROGRAMA MEDIA (2007-2013)

Com a Decisão n.º 2000/821/CE do Conselho, o programa MEDIA Plus dá continuidade aos programas MEDIA I (1991-1995) e MEDIA II (1996-2000), com um período de duração de 2001 a 2005 e posteriormente alargado até 2006, tendo tido no seu total 453,60 milhões de euros para financiamento durante aquele período. A este valor foram ainda alocados outros financiamentos, provenientes sobretudo do BEI.

O MEDIA Plus antecessor deste Programa MEDIA (2007-2013) tinha então como objetivos a atuação nas áreas de desenvolvimento dos projetos audiovisuais (termo que na UE inclui o cinema), a promoção do cinema europeu, o apoio a festivais, o apoio à inovação e projetos-piloto e o apoio à distribuição.

No dia 1 de janeiro de 2007, entrou em vigor o que era sem dúvida o programa mais emblemático da União Europeia na área da cultura, quer pelos valores de apoio financeiro em jogo, quer pelo número de áreas a apoiar; o Programa MEDIA (2007-2013).

Este programa de apoio da Comissão Europeia foi dotado com 755 milhões de Euros, para apoio ao setor audiovisual e vem suceder ao Programa MEDIA Plus, que esteve em vigor no período de 2001 a 2006.

Estas verbas irão ser aplicadas de uma forma faseada e progressiva, começando com 75 milhões de euros em 2007 e terminando com 107 milhões de euros em 2013.

Este novo programa que é uma reestruturação do anterior e vem de encontro à necessidade de adaptação ao alargamento que houve na União Europeia para 27 membros em 2007 e também da revolução digital, que entretanto teve início no meio audiovisual.

Participam no MEDIA (dezembro de 2014) os 28 Países da UE, mais a Noruega, a Islândia o Liechtenstein e a Suíça.

O programa MEDIA tem como objetivos gerais:

- ✓ Promover a criação de obras audiovisuais e a divulgação do património audiovisual europeu.
- ✓ Reforçar a circulação e competitividade do setor audiovisual dentro e fora da Europa e reduzir o desequilíbrio na produção audiovisual entre os vários países da UE.
- ✓ Facilitar o financiamento, em particular às PME do setor e a utilização de tecnologias digitais.

Quanto aos apoios financeiros (não reembolsáveis):

- ✓ *Apoio à Formação* (apoio ao profissionais e estudantes desta área).
- ✓ *Apoio aos produtores independentes* (apoio ao desenvolvimento de projetos e obras interativas e apoio à difusão de obras televisivas europeias), não apoiando diretamente a produção audiovisual.
- ✓ *Apoio à distribuição e exibição* (inclui a digitalização das salas de cinema).
- ✓ *Apoio à Promoção* (inclui os festivais de cinema que exibam mais de 70% de filmes provenientes de 10 ou mais países europeus).
- ✓ *Apoio a projetos-pilotos* (apoio a projetos com introdução de tecnologias de informação e comunicação - TIC).

Em percentagem, pelas áreas de apoio:

- 4% para projetos-piloto
- 5% para os gabinetes MEDIA Desk's e *Antenas*.
- 7% para a formação
- 9% para a promoção
- 20% para o desenvolvimento.
- 55% para a distribuição e digitalização

Para reforçar a política audiovisual da UE a nível de outros Países não comunitários, foi criado então o programa *MEDIA Mundus*, que vigorou entre 2011 e 2013, com um fundo de 15 milhões de euros.

Financiou projetos audiovisuais provenientes de profissionais desta área, vindos de três Países não comunitários.

O programa *MEDIA Literacy*, outro programa da União Europeia, que diz respeito a todos os *media* e novas tecnologias digitais de comunicação, como peça fundamental para a cidadania ativa na sociedade de informação, dos cidadãos europeus.

Com o fim destes Programas em 31 de Dezembro de 2013, surgiu o novo Programa Europeu “Europa Criativa” que vai fundir os Programas MEDIA e MEDIA Mundus e o Programa Cultura, com verbas de 1,8 mil milhões euros a serem atribuídos até 2020.

Como se pode observar tem havido uma grande coerência da UE, no apoio ao audiovisual desde 1991 com o Programa *MEDIA I*, até ao programa *Europa Criativa*, com a aplicação de uma série de medidas, atrás descritas e que fundamentalmente visaram, o apoio às empresas de produção independente, à promoção e exibição de obras europeias, numa perspetiva de dar a conhecer melhor a cultura dos povos da UE.

Falando agora do MEDIA 2007, um relatório então publicado, apresentava para o triénio 2007-2009, as seguintes conclusões, a nível dos apoios aos Países do programa:

- Cinco países (Alemanha, Reino Unido, França, Espanha e Itália) ... receberam 67% das verbas.
- Dez países (Portugal, Suíça, Noruega, Islândia ...) ... receberam 25% das verbas.
- Restantes países (e Países com integração mais recente) ... receberam 8% das verbas.

Portugal no período em estudo e segundo o Gabinete Media Desk/Portugal, recebeu:

Apoios Programa MEDIA – Portugal ⁵

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Distribuição (1)	640,1	635,3	930,41	689,7	581	540,3	480,9
Desenvolvimento (1)	-	-	47,7	130,7	5,5	219,5	25
Promoção (2)	252	251	251	275	280	256,8	265

(1) Em milhares euros (2) Inclui a exibição

Fonte Media Desk Portugal

Quadro 2

Iremos agora ver os valores totais do Programa MEDIA 2007, para os anos apoiados e no seu total de apoio pelas 5 vertentes do Programa, no quadro 2, só referi três dessas vertentes:

⁵ Só houve duas séries televisivas apoiadas por este Programa em Portugal: “Os Mistérios de Lisboa” e “As Linhas de Wellington”, com um valor total de 561 mil euros, segundo informação do gabinete MEDIA/Portugal.

Apoios Programa MEDIA em Portugal

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL(1)	1,4	1,4	1,3	1,5	1,4	1,5	1,2

(1) Em Milhões euros

Fonte Media Desk Portugal

Quadro 2.A

Assim, temos um investimento médio anual do *Programa Media* em Portugal no período em apreço, de 1,39 milhões de euros, para uma população de 2,1% da União a 28.

A Espanha, comparativamente, esse apoio médio deste Programa foi de 7,8 milhões/ano, para uma população que representa 9%, da UE 28.

Verifica-se assim que ambos os países estão na média da sua proporcionalidade em relação aos apoios financeiros, deste Programa.

Há outros tantos apoios que falarei desenvolvidamente mais tarde, como o apoio a Festivais de Cinema e ainda os apoios à formação.

Tenho que salientar que não existia ainda (Fevereiro de 2015), nenhum relatório final deste Programa, pelo que as considerações aqui efetuadas, apesar de os números financeiros dos apoios concedidos me terem sido fornecidos pelo Gabinete MEDIA em Lisboa, poderão ainda ser alvo de correções.

9.2 PROGRAMA EURIMAGES

Fundo de apoio às coproduções do cinema europeu, é um programa do Conselho da Europa no qual participavam, em dezembro de 2014, 36 dos 47 Países pertencentes aquela Organização, por haver uma quota monetária a pagar para fazer parte do *Programa*.

Este *Programa* que financia diversas áreas cinematográficas sob a forma de empréstimos tem atualmente um financiamento de 25 milhões de euros/ano disponível, para esse apoio.

Estes empréstimos, no caso das coproduções cinematográficas, têm que associar pelo menos três coprodutores de três territórios diferentes abrangidos pela Convenção Europeia da coprodução cinematográfica.

O montante a aplicar não pode exceder 15% do orçamento da obra audiovisual, até um máximo de 500.000 euros. Apoia também a digitalização das salas de cinema dos países do leste europeu, não participantes na UE.

Os projetos a apoiar, são:

- A coprodução cinematográfica.
- A distribuição em salas de cinema e a digitalização de filmes.
- A exibição e a digitalização das salas de cinema (para países do leste europeu).

Exemplo de um apoio à coprodução entre Portugal (maioritário) e outros 2 países:

Filme apoiado (exº.)	Projeto de filme: Custo 2,5 milhões€ Apoio 400.000,00€		
Máximo: €500 mil	Portugal	França	Alemanha
Entre 5% a 15% do filme	45%	35%	20%

Quadro 3

Os projetos que entram para apoio rondam os 30 a 40 projetos/ano dos 36 países participantes, são expostos pelo seu produtor principal, a um júri deste Programa com 8 a 9 relatores, durante cerca de 25 minutos.

O apoio financeiro dos projetos a serem apoiados, são entregues ao coprodutor maioritário, que o vai depois distribuir pelos restantes coprodutores e nas percentagens de financiamento que investiram no filme, embora com algumas adaptações.

O Eurimages só apoia projetos que tenham garantidos financiamentos de 50% da sua produção, quando estes lhes chega para análise.

Relativamente às coproduções apoiadas entre Portugal/outros, temos:

Investimentos Eurimages ⁶

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Filmes europeus:	61	57	55	56	72	68	72
Total em euros: (1)	21,5	20,2	19,46	19,26	22,35	21,71	22,52
Portugal/Outros (2):	-	2	2	1	2	1	3
Total em euros:	-	390 Mil	550 Mil	400 Mil	950 Mil	190 Mil	840 Mil

(2) Em milhões de euros (3) Portugal coprodutor maioritário e minoritário

Fonte: EURIMAGES

Quadro 4

⁶ Para confirmação destes números e em diferentes e-mails enviados para o ICA, nunca obtive resposta.

Assim nos sete anos deste estudo foram apoiadas onze coproduções em que Portugal participou, num total de 3,32 milhões de euros.

A nível de digitalização de filmes tendo em vista a sua projeção digital em 2K, existiu um programa de apoio que esteve em vigor entre 2007 e 2010, contribuindo para a produção de matrizes digitais num total dos países participantes, de mais de 60 filmes e com um valor superior a 800 mil euros.

O Eurimages apoiou então, a digitalização de 3 filmes portugueses:

Título	Realizador	Produtor
O Último Voo do Flamingo	João Ribeiro	Fado Filmes (PT)
Dot.Com	Luis Galvão Teles	Fado Filmes (PT)
Fados	Carlos Saura	Fado Filmes (PT)

Fonte: EURIMAGES

Quadro 5

9.3 PROGRAMA EUROPEAN FILM PROMOTION

Criado em 1997, este programa aglutina atualmente organizações de 35 Países europeus, encontrando-se Portugal representado pelo ICA.

Programa não financeiro que tem como um dos objetivos a promoção dos novos talentos europeus, a nível mundial. Esta atividade denominada “*Shooting Stars*” tem-se realizado sobretudo em festivais de cinema, dos quais, o Festival de cinema de Berlim e o Festroia em Setúbal, são exemplos.

Outro objetivo é desenvolver a promoção e distribuição do cinema europeu, participando nomeadamente no “*American Film Market*”.

Outra atividade denominada “*Film Sales Support*”, destina-se à promoção do cinema europeu junto a alguns festivais de cinema e mercados de fora da Europa, como: Guadalajara, Toronto, Hong Kong, Los Angeles, etc.

Como parceiros, destacamos o mais importante, o Programa MEDIA da União Europeia.

9.4 PROGRAMA IBERMEDIA

Criado em 1997, é um Fundo Financeiro de apoio aos Países ibero-americanos, que atua sob a forma de empréstimos ao audiovisual e que se destina a apoiar:

- A distribuição, - A coprodução - A formação - O desenvolvimento.

Tem como objetivos:

- Apoio a coproduções de produtores independentes, daquela área geográfica.
- Fomento em redes transnacionais de empresas ibero-americanas ligadas ao audiovisual.
- Apoio à promoção e formação.

Ao abrigo do *Convénio de Integração*, foi celebrado no ano 2.000 um Acordo Ibero-Americano de coprodução cinematográfica, do qual Portugal faz parte, num total de 17 Países.

A análise e seleção das coproduções das obras e projetos a apoiar são em todo semelhante ao que se passa no Programa Eurimages, referido no capítulo 9.2.

No período em apreço foram apoiados, a título de empréstimo, diversas obras cinematográficas portuguesas, com o nosso País como coprodutor maioritário **(M)** em alguns casos e noutros casos, coprodutor minoritário **(m)**:

Programa IBERMEDIA - Portugal

Filmes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Coproduções (M)	4	3	3	3	1	2	2
Coproduções (m)	7	2	3	3	2	4	1
Desenvolvimento	3	1	2	2	3	3	3
Distribuição/Promoção	-	-	-	5	5	-	-
Formação	-	1	-	-	1	-	-
Total	14	7	8	13	12	9	6

Fonte IBERMEDIA

Quadro 6

Apoio Financeiro IBERMEDIA - Portugal

Filmes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Coproduções (M)	480	400	260	255	150	174,2	180
Coproduções (m)	630	150	280	182	190	380	80
Desenvolvimento	25	10	25	25	35	37,1	30
Distribuição/Promoção	-	-	-	19	40,5	-	-
Formação	-	30	-	-	30	-	-
Total (1)	1.135	590	565	481	445,5	591,3	290

(1) Em milhares de USD

Fonte IBERMEDIA

Quadro 6.A.

Resumindo, no período em análise, houve um investimento feito em 69 projetos cinematográficos portugueses, com 4,097 milhões de USD, por aquele *Programa*.

10. PROGRAMAS DE APOIO AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL PORTUGUÊS

Irei agora analisar a situação do mercado cinematográfico português a nível da produção, da distribuição e da exibição.

10.1 ICA - INSTITUTO DO CINEMA E AUDIOVISUAL

Relativamente às regras da concorrência definidas pelo Tratado sobre o funcionamento da União Europeia e que atrás fiz referência, as ajudas concedidas pelos diferentes estados da UE, a Comissão decidiu em julho de 1998, situação que se vem a manter até 2013, que em princípio as ajudas máximas às obras audiovisuais não deverão exceder 50% do seu valor orçamentado.

Apresento agora os valores de apoio à produção cinematográfica, atribuídos pelo ICA:

Filmes produzidos com apoio financeiro (ICA)⁷

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total filmes	51	45	50	66	57	39	24
Valor total (1)	6,73	7,63	7,48	7,57	7,67	0	8,12

(1) Em milhões de euros.

Fonte ICA

Quadro 7

Há uma média no período de 2007-2013 de 5,7 milhões de euros, somando é claro o ano de 2012 com zero euros de financiamento (Quadro 7).

Nos últimos dez anos o ICA, segundo a sua Presidente no lançamento da plataforma NEM-Portugal (30/01/2015), “*apoiou 487 Projetos, com um dispêndio de 113 milhões de euros*”.

As escolhas dos júris dos concursos, para atribuição dos apoios financeiros deste Instituto, passaram a partir de Agosto de 2013, a serem feitas por uma Entidade criada para o efeito, pela Secretaria de Estado da Cultura e denominada SECA (Secção Especializada do Cinema e Audiovisual).

⁷ Inclui: Longas e curtas-metragens de ficção, documentários e animação.

Esta nova secção do Conselho Nacional de Cultura é composta por elementos da Administração Pública do Estado (ICA, Cinemateca e Inspeção Geral atividades Culturais) e do meio cinematográfico e audiovisual; como produtores, distribuidores, exibidores, realizadores, televisões, cineclubes e festivais de cinema, etc.

Passando agora pelos convénios e protocolos entre Portugal, representado pelo ICA e outros Países de língua oficial portuguesa que referi também no capítulo 9.2, e cujos financiamentos pelo ICA não foram incluídos no Quadro 7, é de referir pela sua importância:

10.1.1 – Protocolo Luso-Brasileiro

Assinado em 1981 entre os dois Governos, este protocolo para a coprodução cinematográfica é gerido anualmente pelo ICA em representação do Governo Português e pela Agência Nacional Brasileira do Cinema em representação do Governo Brasileiro.

Apoia as coproduções entre os dois Países a nível cinematográfico, nas longas-metragens: ficção, documentários e filmes de animação.

São financiados a fundo perdido, 4 filmes por ano, com um valor de 150.000 USD cada obra, ou no correspondente valor em euros.

Dois dos filmes terão que ser coproduções maioritariamente Portuguesas e os outros dois, coproduções maioritariamente Brasileiras.

No período em apreço (2012 - não houve apoios), tendo sido produzidos nos restantes 6 anos deste estudo, 12 filmes em coprodução, apoiados pelo ICA ao abrigo deste *Protocolo*, num valor total de 1,37 milhões de euros.

10.1.2 – Protocolos: Portugal-Moçambique, Portugal Cabo-Verde e Portugal-Angola

Ao contrário do Protocolo Luso-brasileiro estes protocolos também são de coprodução, contudo Portugal é o coprodutor maioritário.

De uma forma geral e sem discriminar nenhum deles, foram financiados a fundo perdido pelo ICA de 2007 – 2013, 16 obras cinematográficas, sendo destas 7 longas-metragens e as restantes 9 são documentários. O total de financiamento foi, segundo dados do ICA, de 2,78 milhões de euros, naquele período.

10.2 FICA-FUNDO DE INVESTIMENTO PARA O CINEMA E AUDIOVISUAL

Conforme atrás referido no capítulo 6.3, este *Fundo de Investimento* que teve início em 2007, encontrava-se inativo ao fim de 3 anos de existência.

Podemos ver o tipo de obras então apoiadas pelo Fundo e os valores provisoriamente apurados, dados de 2008, 2009 e 2010 (*Banif-Gestão de Ativos*):

Investimento diretos - Obras exibidas;

- Longas – metragens de ficção: **15**.
- Documentários: **14**.
- Séries de ficção: **2**.
- Séries de animação: **5**.
- Multiplataforma: **3**.

Total: 39 obras (**28%** do valor contratualizado⁸)

(Fonte: *Banif-Gestão de Ativos*).

Investimentos indiretos (contratualizados);

Em 6 produtoras. Cerca de **72 %** do valor total de investimento contratualizado.⁹

(Fonte: *Banif-Gestão de Ativos*).

De todo este financiamento, acima referido, prevê o Gestor deste Fundo serem somente reavidos 10 a 15% do valor investido.

A série de televisão “Equador” com 31 episódios e exibida pela TVI, teve um investimento direto do FICA de 2,49 milhões de euros, o que significa cerca de 10% do valor total investido por este Fundo, segundo o relatório de contas difundido então pela ESAF, a entidade gestora, em 31 de Dezembro de 2008.

Na altura que estou a escrever este texto (dezembro de 2014) ainda não tinha sido publicado o relatório final deste fundo, pelo que estes valores deverão ser lidos tendo esta situação em atenção.

⁸ Valor provisório.

⁹ Valor provisório.

10.3 – PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA EUROPEIA

A nível da Produção Europeia UE 27, destacam-se as seguintes empresas cinematográficas, segundo dados do OEA-Observatório Europeu do Audiovisual (dados referentes a 2007/2008):

1. Walt Disney International (Reino Unido)
2. Groupe Pathé (França).

Do 3º ao 6º lugares são ocupados por empresas do Reino Unido.

11. – DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRAFICA

A nível da UE 27 são as maiores empresas de distribuição cinematográficas (dados referentes a 2007 e a 2008) e segundo o OEA:

1. Warner Bros Entertainment (França).
2. Warner Bros Entertainment (Alemanha)
3. United International Pictures (Holanda)
4. Warner Bros Entertainment (Reino Unido)

A Warner Bros empresa com origem nos EUA e cuja fundação data do início de 1900, tem hoje também “interesses” na música e na produção televisiva.

Em Portugal o ranking das maiores empresas de distribuição cinematográfica, em 2013:

1. ZON Lusomundo (7,71 milhões de espetadores) ... 61,5% de quota de mercado
2. COLUMBIA TRISTAR WARNER (2,05 milhões de espetadores) ... 16,37% de quota de mercado.
3. BIG PICTURE 2 FILMS (1,55 milhões espetadores) ... 12,4% de quota de Mercado.

Neste capítulo procuro também mostrar os diferentes valores em jogo, quer quanto aos filmes estreados entre 2007 e 2013, quer quanto às receitas da exploração comercial das salas de cinema, passando pelo número de espetadores:

Filmes nacionais estreados em Portugal ¹⁰

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
21	15	25	30	29	29	34

Fonte ICA

Quadro 8

¹⁰ Inclui longas e curtas-metragens de ficção, animação e documentário.
Dados atualizados pelo ICA em 16/01/2015.

Como podemos ver existe um défice bastante grande entre os filmes portugueses produzidos e os estreados, assim como com as longas-metragens, como mostram os **Gráficos 1 e 2** (pág. 66), respetivamente, embora seja de ressaltar que a grande maioria só foi exibida, no ano seguinte ao da sua produção.

Contudo dá para constatar perfeitamente que mais de 50% deles, sobretudo as curtas-metragens acabam por não serem exibidos nos circuitos comerciais, limitando-se a sua exibição em festivais de cinema e nos circuitos não comerciais; como cineclubes, escolas, associações culturais e salas municipais, entre outras.

De notar como dado importante, que se só estrearam 4 curtas-metragens em 2007, ou seja 19% de todas as obras cinematográficas estreadas, em 2013 esse valor foi já de 32,4%.

11.1 - NÚMERO DE ESPETADORES, RECEITAS E PREÇO MÉDIO DO BILHETE CINEMA.

Em Portugal relativamente ao número de espetadores, verificamos que houve uma continuidade de crescimento no período anterior de 2005 - 2007, do número de espetadores nas salas de cinema.

A partir de 2007 aquele número foi decaindo, com exceção do ano de 2010, o ano que vem contrariar a tendência do mercado, como podemos ver no quadro em baixo:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Espetadores (1)	16,31	15,97	15,70	16,55	15,70	13,81	12,54
Receita Bruta (2)	69,1	69,9	73,8	82,2	79,9	73,9	65,5

(1) Em milhões espetadores (2) Em milhões euros

Fonte ICA

Quadro 9

Passando agora a analisar as receitas deste quadro, o seu aumento vem contrariar a queda de espetadores que tinha havido até 2010, podendo observar-se uma subida daqueles valores até 2010. A partir deste ano há uma descida das receitas brutas que se mantém até 2013.

Evolução do preço médio do bilhete

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Preço bilhete (1)	4,24	4,38	4,70	4,97	5,09	5,35	5,22

(1) Em euros

Fonte ICA

Quadro 9.A

Como podemos ver agora em função dos números apresentados, há um aumento de 23,1% no preço médio no período em estudo. Havendo assim uma explicação para o aumento das receitas brutas do Quadro 9 até 2010, quando tinha havido um decréscimo grande de espetadores nos anos consequentes.

Podemos observar também que o aumento percentual dos bilhetes de cinema vem a acompanhar a descida em percentagem do número de espetadores, naquele período, -23,31% e contra uma queda nas receitas médias das salas de exibição comercial, -5,2%.

A partir de 2011, Portugal veio a perder espetadores como vimos no quadro 9.

Essa queda também foi comum a outros 11 países da UE 27, que como nós perderam espetadores e receita. É o caso de Espanha, Grécia, Hungria...

Segundo o Observatório Europeu do Audiovisual, pela 1ª vez nos últimos 10 anos, foi em 2013 que houve uma queda generalizada na Europa de espetadores e receitas brutas (-4,3%), com 20 dos 28 países da União Europeia, a baixarem ambos os itens.

O preço médio dos bilhetes em 2013 na UE baixou também ligeiramente, acompanhando o nosso País essa tendência (Quadro 9.A).

Também a nível da UE 28 se verificou um aumento do preço médio dos bilhetes, que foi acompanhando a queda do número de espetadores e da receita, e que se tornou evidente a partir de 5,70€ em 2011 a 6,33€ em 2013, segundo o OEA.

A nível das receitas brutas em Portugal e no ano de 2014, a previsão é de queda e também do número de espetadores em sala, prevendo-se - 4% em relação a 2013, o que equivale a uma perda de -450.000 espetadores, o que vem em linha com o declínio anterior.

12. EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA

A nível da UE 27 lidam o ranking dos 3 maiores exibidores (dados referentes a 2007/2008 do OEA):

1. ODEON and UCI cinemas Group (Reino Unido).
2. EUROPALACES (França).
3. Cine World Group (Reino Unido).

Foi também em 2013 que a União a 28, teve uma queda no número de espetadores. Essa queda traduziu-se segundo o OEA, numa baixa de 6,57 mil milhões de euros em 2012, para 6,29 mil milhões de euros em 2013, segundo o OEA.

Esta baixa de 4,29% de receitas dos países da União, não é mais significativa, pois ocorreu como em Portugal um aumento no preço médio dos bilhetes, embora aqui devêssemos também considerar o preço do bilhete para filmes 3D e IMAX, mais caro que o bilhete normal, tecnologia que começa nos últimos anos deste estudo, a ter um impacto importante.

Desceu também o número de espetadores em 20 dos 28 países da UE, sendo a Espanha, a França, o Reino Unido e a Alemanha a apresentarem a maior queda. Em contra ciclo, temos a Itália com uma subida de 6,6 milhões, também segundo o OEA.

Em Portugal, o distrito de Lisboa foi sempre no período em apreço, a região de Portugal com mais espetadores, mais receita e mais ecrãs de cinema comercial.

Em 2011 e segundo fonte do ICA, 29% dos ecrãs estavam distribuídos pelo distrito de Lisboa, 15,9% pelo distrito do Porto, 8,8% pelo distrito de Setúbal e 6,5% pelo distrito de Faro.

Também o rácio de espetadores por habitante em 2013, colocava Lisboa no 1º lugar, ficando em 2º lugar o distrito do Porto em 3º lugar o distrito de Setúbal e em 4º lugar o distrito de Faro, como se pode ver no Quadro 10, em baixo:

Rácio espetador por habitantes e distrito¹¹

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Lisboa	2,7	2,7	2,6	2,8	2,7	2,3	2,2
Porto	1,9	1,8	1,8	1,9	1,8	1,7	1,6
Setúbal	1,9	1,8	1,8	1,9	1,8	1,5	1,4
Faro	2,5	2,3	2,3	2,4	2,1	1,8	1,3

Fonte: ICA

Quadro 10

Fazendo uma breve análise ao desenvolvimento do rácio de espetadores por habitantes, a nível nacional, verificamos que entre 2010 e 2013 também este valor foi decrescendo:

Rácio espetador por habitantes - Portugal

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,3	1,2

Fonte ICA

Quadro 11

¹¹ Ver [gráfico 3](#) (pág. 67)

Com uma média nacional em 2013 de 1,2 espetadores de cinema por habitante, Portugal está contudo a meio na escala, dos países da UE 28.

Passando agora à origem os filmes, temos então a evolução do número de espetadores em Portugal, por filmes provenientes dos seguintes países, em **Milhões** ou **milhares**:

Número de espetadores¹²

Filmes origem	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
EUA (1)	11,06 M	10,20 M	9,93 M	12,09 M	12,26 M	10,12 M	8,96 M
Europa (2)	1,88 M	1,89 M	1,21 M	1,29 M	824,7 m	2,26 M	2,11 M
Portugal	447,3 m	406,7 m	426,2 m	308,6 m	104,4 m	734,2 m	431,3 m

(1) Não inclui coproduções. (2) Inclui Portugal, mas não inclui coproduções fora da Europa.

Fonte: ICA

Quadro 12

A nível de receitas brutas e segundo dados do ICA, temos que em 2007 com uma receita bruta de 50 milhões, os EUA (incluindo já coproduções) dominavam o nosso mercado nacional com 73% dos filmes distribuídos, contra 72,4% e 47,4 milhões de euros em 2013.

A Europa no seu todo, obtinha receitas de 5 milhões de euros em 2007, obtendo uma quota de mercado de 7%, contra 18,8% de mercado em 2013 e receitas brutas de 12,33 milhões de euros.

O aumento de espetadores em filmes portugueses em 2012 comparativamente com o ano anterior, tem a ver na minha opinião com o sucesso comercial de 2 produções nacionais “Balas e Bolinhos” e “Morangos com Açúcar”.

Quanto à quota de mercado dos filmes e espetadores portugueses naquele período:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Filmes	6,2%	6,4%	8,1%	8,7%	8,1%	9%	5,7%
Espetadores	2,7%	2,5%	2,7%	1,9%	0,7%	5,3%	3,4%

Fonte ICA

Quadro 13

¹² Ver [gráfico 4](#) (pág. 67)

Ver [gráfico 5](#) (pág. 68)

Passando agora a uma análise da quota de mercado dos espetadores que viram filmes portugueses, verificamos uma queda da percentagem dos espetadores até 2011, ano em que Portugal foi o País da Europa onde menos se viu cinema nacional, seguido pela Bósnia-Herzegovina, este País com uma quota de 0,9%.

A partir dessa data houve um crescimento grande para 2012 e decaindo novamente em 2013, acompanhando então a tendência da queda europeia.

Comparativamente com outros Países da União com uma população semelhante:

Quota de mercado – Espetadores-países da UE (Média 2007/2009)¹³

Espetadores-Países	Filmes Nacionais	Filmes origem EUA
República Checa	31,1%	51,4%
Bélgica	25%	68,7%
Hungria	9,1%	75,3%

Fonte: OEA

Quadro 14

Assim verificamos que ao contrário de Portugal, que naqueles países o número de espetadores nos seus filmes nacionais é muito maior, que os espetadores portugueses dos filmes nacionais.

Em termos gerais da União Europeia, há também uma queda média naqueles países de 1,5%, do número de espetadores entre 2007 e 2013, segundo dados do OEA.

Essa queda significou menos 3,21 milhões de espetadores entre 2007 e 2013, ficando pois em linha com a queda que se verificou em Portugal, a partir de 2012, segundo também o Observatório Europeu do Audiovisual.

No rácio UE 28 espetadores/habitante em 2013 temos o valor médio de 1,79, sendo que em Portugal esse rácio é de 1,2 espetadores por habitante.

12.1. – FILMES NACIONAIS MAIS VISTOS.

Fazendo agora uma rápida análise aos 6 filmes mais vistos no nosso País (2007-2013), já que a partir daqui há uma queda de cerca de 42% para o 7º filme, segundo o ICA.

¹³ A Grécia não forneceu elementos.

Filme português		Ano de estreia	Nº Espectadores
1	7 Pecados Rurais	2013	380,6 mil
2	Balas e Bolinhos	2012	256,1 mil
3	Morangos com Açúcar-Filme	2012	238,3 mil
4	Call Girl	2007	232,5 mil
5	Corrupção	2007	230,7 mil
6	Amália – O filme	2008	214,6 mil

Quadro 15

O 1º filme desta classificação, é também o 5º filme mais visto em 2013, tendo sido antecedido em 1º lugar pelo filme de produção francesa “A Gaiola Dourada” com 757.594 espetadores e em 2º, 3º e 4º lugar, três filmes com produção nos EUA.

Como se torna evidente ao número de espetadores corresponde também o valor das receitas brutas, pelo que verificamos que os “7 Pecados Rurais” foi um oásis nas receitas dos filmes portugueses: €1,676 milhões e que o 7º filme, “*Uma aventura na Casa Assombrada*” teve somente uma receita de €558.477 mil e 124.938 espetadores.

O documentário mais visto naquele período foi “Fados” de Carlos Saura (2007), com 34.382 espetadores e uma receita bruta de €141.181 mil.

O último da lista de os melhores 25 filmes portugueses de 2007 - 2013, é “Sangue do meu Sangue” (2011), com uma receita bruta de €99.426 mil.

Com estes valores acima apresentados, podemos pois ter uma ideia dos valores em jogo (espetadores e receitas brutas) e o seu significado no panorama na distribuição e exibição cinematográfica no nosso País.

12.2. – FILMES MAIS VISTOS NO CIRCUITO COMERCIAL

Durante o período em estudo e tendo em atenção os países de origem dos 10 filmes mais vistos, em Portugal:

- ✓ 2007: todos os 10 filmes são de produção dos EUA (uma coprodução com Reino Unido).
- ✓ 2008: Todos originários dos EUA (uma coprodução com o Reino Unido)
- ✓ 2009: Todos originários dos EUA, mas três deles em coprodução.
- ✓ 2010: Todos originários dos EUA, mas dois deles em coprodução.
- ✓ 2011: Todos originários dos EUA, mas três deles em coprodução.
- ✓ 2012: Todos originários dos EUA, mas três em coprodução.

- ✓ 2013: Pela 1ª. vez o ranking é encabeçado por um filme não proveniente dos EUA, é o caso da “Gaiola Dourada” de origem francesa, sendo o 5º lugar preenchido por um filme português “Os sete pecados rurais”. Os restantes 8 filmes são de origem dos EUA, sendo um deles uma coprodução.

Por último e também em Portugal, os filmes mais vistos naquele período foram:

- ✚ AVATAR, com 1,2 milhões de espetadores e 6,9 milhões de euros de receita bruta.
- ✚ Mamma Mia! Com 851 mil espetadores e 3,7 milhões de euros de receita bruta.
- ✚ Shrek, o terceiro, com 824.000 espetadores.

12.3 – ECRÃS E SALAS DE CINEMA

Em 16 de Novembro de 2011, entre diversas preocupações manifestadas e a que fiz referência anteriormente, o Parlamento Europeu adota uma Resolução¹⁴ que visa encorajar a digitalização das salas de cinema, assim como a formação específica dos Projeccionistas daquelas salas.

É por isso que o *Programa MEDIA* vem a apoiar a digitalização das salas de cinema a partir de 2012 e as que obedeçam aos seguintes critérios, entre outros:

Tenham pelo menos um ecrã e 70 cadeiras. Projetem pelo menos 50% de filmes europeus, que pertençam a países abrangidos por este Programa.

Esse apoio, em função dos parâmetros acima descritos, era feito pelo pagamento único de 20.000 euros com base na apresentação de uma fatura, provando que um projetor de cinema fora comprado.

Em 2013 a nível da UE a 28 membros, 26.091 salas (87,5%) estavam digitalizadas (2K), em países como a Finlândia, Holanda, Noruega, Irlanda, Luxemburgo e Chipre, com todos os seus ecrãs digitais a 100%, segundo dados do OEA de 2013; contrariamente a Grécia só possuía 24,9% dos seus ecrãs digitalizados (2K).

No quadro em baixo, mostra-se a evolução do número de ecrãs digitais de cinema em Portugal no período de 2007-2013 e também a evolução do número de ecrãs digitais 2K e 3D:

¹⁴ <http://merlin.obs.coe.int/redirect.php?id=15572>

Ecrãs de cinema digitais em Portugal

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ecrãs 2K (1)	20	46	180	314	387	392	425
Ecrãs 3D (2)	16	43	88	169	214	214	226

(1) 2K, resolução de 2048 × 1080 (pixéis x linhas). (2) O nº de ecrãs 3 D, já está contabilizado no nº de ecrãs 2K.

Fonte: ICA

Quadro 16

Dos 544 ecrãs (digitais e não digitais) de cinema existentes em Portugal em 2013 (546 em 2007), os 5 principais exibidores, detêm 73,3% do total (ZON, Warner Brothers,...).

Em 2013, último ano deste estudo, verifica-se que de todas as salas existentes em Portugal, 78,1% estavam digitalizadas, o que veio colocar Portugal na média dos Países da UE 28. Quanto aos ecrãs 3D, Portugal com 41,5% também está na média da União Europeia (43,8%).

Para esta realidade contribuíram sobretudo, os apoios disponibilizados pela UE através do Programa Media a partir de 2012 e em Portugal pelo ICA.

Também a taxa de 7,5% retida pelo Exibidor sobre o preço do bilhete de cinema, em que parte desse valor se destina a essa remodelação, é outro fator.

Quanto ao número de recintos de cinema comercial, esse valor que em 2007 era de 172 salas, veio a decair a partir de 2008, atingindo em 2013 o número de 158 salas, mantendo-se contudo constante, o número de ecrãs.

A esta queda não deve ser estranho o encerramento pela Firma SOCORAMA - Castello Lopes em janeiro de 2013 de cerca de metade das suas salas, todas as que existiam nos Açores e Viana do Castelo. Esta firma chegou a ser com a então Lusomundo (ZON-NOS), um dos 3 grandes exibidores e distribuidores nacionais. Abandonando em finais de 2011, a distribuição cinematográfica.

Em 2013 a SOCORAMA (Castello Lopes) teve 5,4% de receitas brutas contra 17% no ano anterior.

Em Portugal, é de referir em 2013, que o ranking era liderado, segundo dados do ICA, pela ZON Lusomundo com 63,8% do total das receitas brutas nacionais e em 2º lugar a UCI com 12,8%.

É importante referir agora a estreia em 2013, de 11 filmes IMAX.

O IMAX é um conceito de sala de cinema com projeção de filmes em 4K e com um ecrã curvo com grandes dimensões (22 m. X 16 metros)¹⁵, sendo maior que o campo da nossa visão e um som distribuído ao longo de toda a sala, tendendo a que o espetador se sinta dentro da ação do filme.

Entre 2007 e 2013, houve um aumento destes ecrãs, de três vezes em todo o mundo. Portugal inaugurou a sua primeira sala em 2013, em Lisboa (Colombo), havendo atualmente outra segunda sala em Matosinhos, sendo o preço do bilhete (Fevereiro de 2015) de 10,00€.¹⁶

13. PROMOÇÃO – FESTIVAIS DE CINEMA

Como grande mostra do cinema europeu, podemos referir que são certamente os festivais de cinema, no nosso País.

Aqui realçarei os 2 festivais que contatei e que amavelmente responderam às questões que coloquei; o FESTROIA Festival Internacional de Cinema de Setúbal (no qual participei na sua Organização ao longo das suas 30 edições), dedicado aos Países com uma produção de longas-metragens de ficção inferiores a 30 filmes por ano e o IndieLisboa, com uma programação de curtas-metragens.

Gostava também de fazer referência a dois outros festivais pela sua importância: O Doclisboa, festival de cinema documental e o CINANIMA em Espinho, festival de cinema de animação e o mais antigo em Portugal.

O que se observa é que a maioria dos Festivais tem sobrevivido e alguns com muita dificuldade, graças aos apoios das diferentes entidades oficiais, quase cerca de metade do valor orçamentado; nos quais se incluem as Câmaras Municipais, Regiões de Turismo, ICA, entre outras e ainda com o apoio do Programa MEDIA. Com o aumento da crise que atinge o período em estudo, vai-se também verificando, conforme pude constatar nos dois festivais com quem reuni, a perda dos apoios particulares, em que por exemplo o caso do Festroia em Setúbal, que já não tem apoios desde 2010, está a pôr em causa a sua sobrevivência.

Passando agora, a uma rápida análise do número de espetadores dos 5 festivais mais representativos do nosso País e por ordem decrescente:

¹⁵ Ver **Imagem 1** (pág. 69).

¹⁶ Em 1995, surgiu uma sala IMAX em Vila Franca de Xira, que encerrou ao fim de 3 anos.

Festivais de cinema

Festival	Localidade	Nº Espetadores ¹⁷
Fantasporto	Porto	44.000
IndieLisboa	Lisboa	35.000
Estoril Film Festival	Estoril	33.000
Doclisboa	Lisboa	30.000
FESTROIA	Setúbal	25.000

Fonte: ICA

Quadro 17

Relativamente aos apoios aos Festivais e tendo como exemplo os dois festivais selecionados, eis os dados por mim recolhidos junto aos responsáveis entrevistados:

Apoio financeiros em percentagem, do orçamento médio do festival¹⁸

	Apoios Autarquias, Turismo, Fundações	Apoio Privados	Apoios europeus
IndieLisboa (1)	17,4%	67,5	9,38
FESTROIA (2)	28,9%	5,5%	10,7%

(1) Período 2010/2013 (dados que só me foram disponibilizados) (2) Período 2007/2013

Quadro 18

Como podemos observar existe uma grande discrepância entre ambos os Festivais sobretudo a nível dos apoios privados (o Festroia de 2010 a 2013 deixou de ter apoio privado).

14. FORMAÇÃO

A nível da formação temos os apoios do Programa Media às ações de formação a nível de escolas, faculdades e universidade.

Também convém aqui referir o Programa IBERMEDIA que não sendo Europeu, contribuiu para a formação de profissionais desta área em Portugal, com 60.000 USD.

A nível das escolas do ensino básico e do ensino secundário, o Plano Nacional de Cinema, que teve início no ano letivo de 2012/2013, a que fiz referência no ponto 6.4.

Neste capítulo vou também destacar um Programa, o Programa VER do ICA, que tem como objetivos principais:

¹⁷ Média arredondada

¹⁸ Não inclui os apoios em “espécie”: spots de: TV, rádio, jornais; viaturas, restauração, reprografia, etc.

- Criação de novos públicos, através de atividades extracurriculares com alunos dos ensinos básicos e secundário.
- Desenvolver nas Escolas, projetos de criação artística.
- Desenvolver a forma de olhar o cinema.
- Apoiar associações/ grupos que desenvolvam projetos nestas áreas.

Este *Programa* destacou-se pelo apoio à formação a nível nacional, tendo apoiado uma média de 6 associações por ano, entre 2000 e 2010 e em 2011 e 2013, 36 projetos com apoios de 100,00,00€/ano.

Por último referir um protocolo que o ICA assinou com oito escolas a nível do ensino superior em 2010 e para o qual foram canalizados 45.000,00€, para apoiar as primeiras curtas-metragens dos seus alunos.

15. AUDIOVISUAL

Neste capítulo irei debruçar-me sobre a indústria audiovisual europeia (UE27) e portuguesa, embora de uma forma muito mais ligeira, do que me referi ao Cinema.¹⁹

É também de notar que a nível europeu a televisão, é a 2ª maior receita da indústria cinematográfica, logo seguido da venda de DVDs e do vídeo-on-demand.

Na Europa gerem-se receitas de cerca de 10.000 milhões de euros por ano, na compra e aluguer de filmes/vídeos.

Por último gostava de destacar a melhoria de séries para televisão a que se tem assistido, fruto da concorrência entre os diferentes canais da cabo e destes com as plataformas que disponibilizam o Streaming. Estas últimas têm vindo a produzir séries de muito boa qualidade, como é o caso de “*House of Cards*” do serviço de *Streaming Netflix*, que estreou em Fevereiro de 2013.

15.1 - PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EUROPEIA

Segundo o OEA, nos últimos cinco anos deste estudo (2009-2013) os grupos audiovisuais da Europa perderam 5,3% do mercado mundial.

O ranking dos grupos de produção audiovisual europeus na UE27, eram nos 2 primeiros anos deste estudo, 2007-2008:

¹⁹ Ver a definição que foi dada ao termo audiovisual na introdução, página 3.

1. EDAM (Endemol - Holanda), com uma receita bruta de 1.301 milhões de euros em 2008.
2. RTL Group (Alemanha), com uma receita bruta de 1.255 milhões de euros em 2008.
3. Group Agostini (Itália), com 552 milhões de euros em 2008.

15.2 - PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NACIONAL

Em Portugal os apoios ao audiovisual nacional são bastantes insípidos, havendo a destacar o apoio a duas séries televisivas: “*Os mistérios de Lisboa*” e “*As linhas de Wellington*”, através do programa MEDIA e que fiz referência anteriormente, perfazendo um total de 561 mil euros referentes aos anos de 2009 e 2011, respetivamente.

Quanto ao mercado televisivo a grande aposta dos canais generalistas (RTP, SIC e TVI), têm sido sobretudo nas séries e telenovelas portuguesas, com grande destaque para a SIC e TVI. Este último canal tem sido aliás com esta aposta, o campeão das audiências televisivas, sobretudo no *prime time*.

A produção de telenovelas portuguesas teve início com “Vila Faia” produzida em 1982 pela então Produtora “EDIPIM” para a RTP, a que se seguiu um ano depois “Origens” daquela Produtora Nacional.

Contudo, só a partir de 1992 é que se pode afirmar que se deu início a uma verdadeira indústria de produção de telenovelas portuguesas e que teve a ver com o investimento naquele formato, feito pelo Nicolau Breyner e da sua então produtora NBP, e é claro pelos três canais generalistas portugueses.

Na década de 90, das 14 telenovelas produzidas, 12 são produzidas pela NBP.

A RTP que até meados dos anos 90, detinha um contrato de exibição de telenovelas da Rede Globo de Televisão, vem a perder esse contrato para a SIC, canal este que só mais recentemente começou a investir fortemente nas novelas portuguesas, assim como a RTP, apesar de esta estação ter sido a pioneira com “Vila Faia”.

A TVI, que não tendo tido acesso desde a sua criação às telenovelas da Globo, vem a diversificar as origens daquele formato nos países latino-americanos e que devido à pouca capacidade daquelas para atrair audiências, começa a investir mais cedo na produção nacional, do que os restantes canais generalistas.

São, contudo, os sucessos de “Jardins Proibidos” (2000) e “Olhos de Água” (2001) produzidos pela TVI que vêm definitivamente pôr este canal em 1º lugar como líder de audiências no *prime time* e a fazem apostar totalmente naquele caminho.

Em 2007 em Portugal, assiste-se ao aparecimento em força nos 3 canais generalistas da televisão portuguesa, de ficção Nacional audiovisual, fruto da legislação Nacional e também por imposição da Diretiva Serviços Comunicação Audiovisual:

- **TVI:** Em 2007 : A Telenovela “A Ilha dos Amores”, “Fascínios”, etc. Em 2008: “A Outra” e “Flor do Mar”. Em séries: “Equador” custo de 6 milhões € (FICA-2,49 milhões€). A série “Morangos com Açúcar”, que deu origem a um filme em 2012, iniciou-se em 2003 e continuava a ser um fenómeno de audiências.
- **SIC:** Surgem em 2008: “Podia acabar o Mundo” e a “A vida privada de Salazar”, uma telenovelas e uma série portuguesa.
- **RTP:** Série: “Conta-me como foi”. Surge também a nova versão da telenovela *Vila Faia*, e a série “*Liberdade 21*”, em 2008.
- *Em 2009, por exemplo a TVI, apresentava 5 telenovelas e uma série televisiva de ficção, com mais de 40% de share.²⁰*
- *Em 2013, as telenovelas: Sol de Inverno (SIC), Belmonte, Mundo ao Contrário e Destinos Cruzados (TVI) e as séries de ficção Nacional: I Love It e Morangos com Açúcar (2) (TVI) e também Bem-Vindos a Beirais (RTP1), dominam o share da ficção de TV em Portugal. Podemos por último afirmar a existência de uma verdadeira indústria de ficção Nacional para televisão, ao contrário do que acontece no cinema.*

As telenovelas, como um fenómeno de audiências, têm vindo a baixar os seus custos de produção, à semelhança da produção de alguns filmes de Woody Allen (***Vicky Cristina Barcelona***, ***Midnight in Paris*** e ***To Rome with Love***) em que aqueles custos são garantidos por apoios de entidades regionais e locais, como autarquias, regiões de turismo, empresas da região, etc., a troco da publicidade das suas ofertas turísticas, produtos locais...

As telenovelas portuguesas têm logo à partida um público bastante maior que os espetadores de cinema, devido por um lado ao seu custo que é zero para estes, ao contrário do preço de um bilhete de cinema, além é claro de problemas de literacia.

É ainda também possível exportar os formatos de séries e telenovelas, para um público bastante grande via televisão, nesse caso para os países de língua oficial portuguesa, quer através da venda desses formatos, quer através de protocolos de exibição, como o que ainda existe entre a SIC e a Globo.

²⁰ Fonte: Social Media Explorer - **Marktest**

15.3 - AUDIÊNCIAS DE TELEVISÃO

Na UE 28 e segundo o OEA, houve de 2007 a 2013 um aumento médio de subscrições da TV Cabo de 118%, naqueles países europeus.

Um aumento de 127% no visionamento via satélite.

Um aumento de 513% no IPTV e de 382% nos filmes-on-demand, ainda naquele período. Também segundo aquele observatório e com dados referentes a 2010, a plataforma onde se via mais cinema era a TV, com 77,3% de audiência, seguido do DVD e só 35,1% nas salas de cinema.

IPTV com 15,1% e o vídeo-on-demand com 13%, seguiam nesse ranking.

Na UE 27, os Países que em 2012 viam mais TV eram: Hungria (286 min.) e Roménia (326 min.).

Os países que viam menos TV, em 2012, eram a Polónia (165 min.) e a Suécia (164 min.).

Também segundo o OEA, no período em análise, os portugueses viam televisão, em média:

Visionamento de televisão em Portugal

2007	2008	2009	2010	2011	2012
210 min.	215 min.	209 min.	210 min.	219 min.	284 min.

Fonte OEA

Quadro 19

Segundo dados da empresa “atelevisão” o ranking, em final de Dezembro de 2013, dos espetadores dos canais generalistas e cabo, era assim distribuído:

Share de audiências em dezembro de 2013

RPT 1	RTP2	SIC	TVI	Cabo
14,6%	2,1%	19,6%	25,5%	38,2%

Quadro 20

A título de curiosidade, os canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) perderam quota para a TV cabo entre 2008 e 2012. Durante este último ano a Cabo e a TVI (líder dos canais generalistas), alternam com vantagem para aqueles a liderança de audiências, segundo a Marktest. É contudo a partir de Março de 2013 que esse domínio é sempre constante, atingindo em final de 2013, 2,9 milhões de lares (penetração de 71,6%). Entre 2007 e 2013 o crescimento foi de 53%.

Segundo dados da Marktest, em 2013, havia já 1.226 milhares de espetadores portugueses do continente, com mais de 15 anos que veem TV *on-line*, ou seja em smartphones, PCs ou tablets, valor esse que tem vindo a crescer regularmente desde 2010 (10,7%).

Os dados referentes a 2013, apontam ainda que 28% deles, sejam jovens (15-34 anos).

Um estudo da IPSOS, referente a 2012, mostrava que 77% dos telespetadores dos EUA já via TV com outro ecrã, sendo 49% deles em smartphones e 34 % em PC²¹.

Em Portugal, nos últimos três anos deste estudo (2011 a 2013) e segundo o Instituto de Defesa do Consumidor, disparou a compra de smartphones, mais 280% e de tablets, mais 1.443%, contra uma queda de 60% nas vendas de PCs portáteis; o que irá inevitavelmente levar a que em Portugal esse fenómeno de ver TV por outros ecrãs²² que não o clássico aparelho de TV, como se verifica nos EUA e na Europa, irá aumentar como aliás se tem vindo a observar.

16. EMPRESAS E TRABALHADORES NO CINEMA E AUDIOVISUAIS

Convém agora analisar como se comportou o mercado nestas áreas:

Empresas e trabalhadores do cinema e audiovisual português (2012)

Áreas	Empresas	Trabalhadores
Televisão	30	3.249
Produção e Pós-Produção, filmes e vídeos	660	2.121
Videojogos	30	127
Som e música	91	269
Total	811	5.766

Fonte: ICA

Quadro 21

Somente quanto aos trabalhadores daquelas áreas, os valores dos últimos três anos a que tive acesso (2010, 2011 e 2012) e segundo o *Observatório Europeu do Audiovisual (2013)*, *houve* uma queda de 8,36% a nível do emprego em 2012.

No contexto da UE a 28 no mesmo período, há também uma queda, mas somente de 1,3%, ainda segundo aquele Observatório.²³

²¹ Ver [Imagem 2](#) (pág. 69).

²² Ver [Imagem 2](#) (pág. 69).

²³ Em janeiro de 2015, não havia ainda números referentes a 2013.

Depois das análises até aqui efetuadas referentes ao período de 2007 a 2013, passo a descrever as conclusões a que cheguei, fruto da investigação que fui efetuando e das fontes a que recorri, quer a nível de entrevistas, quer em *sites* ou livros/revistas/jornais e que no final faço referência. Dividi assim essas conclusões em duas partes.

A primeira parte refere-se aos apoios ao cinema e audiovisual português numa visão da União Europeia onde estamos inseridos.

A segunda parte, com conclusões mais gerais sobre como se apresentam, atualmente, as novas tendências e caminhos do cinema e audiovisual.

- **1ª Parte**

Fase de pré-produção: (Onde se inclui a criação e o desenvolvimento da obra cinematográfica e/ou audiovisual).

Os apoios aos diferentes projetos foram de 1,5 milhões de euros e resumiram-se à comparticipação do ICA num total de 900 mil euros neste período (2012 não houve apoios).

Os apoios vindos dos dois programas não nacionais (MEDIA E IBERMEDIA) representaram cerca de 66% do valor atribuído pelo ICA.

Estes apoios e o que à criação diz respeito, são ínfimos, devendo considerar-se que na génese de um bom filme está em primeiro lugar o argumento, como aliás refere António Pedro Vasconcelos na entrevista à SIC – Notícias²⁴, sendo nisso coadjuvado por Ingrid Deltern, Diretora-Geral da EBU (European Broadcasting Union)²⁵.

Produção:

O ICA investiu neste período (2007-2013), cerca de 100 milhões de euros, nos seus diversos programas.

Portugal em média produziu 8 longas-metragens de ficção por ano apoiadas pelo ICA (não estão incluídas as coproduções e protocolos), sendo este Instituto novamente a grande referência no apoio financeiro.

Com o fim dos apoios do FICA em 2010, tinha até aí investido no cinema em apoios diretos e indiretos, 22 milhões de euros, ou seja investiu 48% em três anos, do valor financiado pelo ICA, num total de 39 obras cinematográficas, audiovisuais e multiplataforma. É pois o ICA,

²⁴ SIC-Notícias, Programa “A Propósito”, dia 20-09-2014

²⁵ Produção Profissional, Nº. 181

a partir daquela data, a única Entidade ou Programa internacional a apoiar o cinema e o audiovisual português significativamente (45,2 milhões de euros).

Também se defende a substituição deste Fundo por algo similar, mas mais realista nas metas a atingir, como me referiu a Produtora Pandora da Cunha Telles, sem outro mecanismo de apoio alternativo, o Produtor fica na mão dos júris do ICA, para produzir qualquer obra cinematográfica.

O Eurimages que nesta fase é o programa mais importante a nível europeu (o MEDIA não apoia esta fase), só financia obras que já têm 50% de financiamento, o que torna praticamente impossível a um *Produtor Independente*, que não tenha tido apoio do ICA, produzir o que quer que seja.

Verifica-se que em média foram apoiadas 12 curtas-metragens de ficção por ano num total de 72 (exceto 2012), o que totalizou naquele período um investimento de dinheiros públicos de cerca de 3 milhões de euros, cuja exibição não terá passado no circuito comercial a grande maioria delas, mas somente nos festivais e nas mostras de cinema.

Recordo aqui o que o Diretor do Indie, Miguel Valverde, me referiu: *“Todos os festivais de cinema do mundo, têm curtas-metragens portuguesas, mas longas-metragens, não!”* e ainda *“que embora não tenham retorno financeiro, trazem prestígio ao Realizador”*, além, acrescento eu, de ser uma excelente forma de dar a conhecer os novos realizadores e talentos portugueses.

Assim e como defendeu o Produtor Fernando Centeio, o que foi seguido pelos outros produtores com quem falei e pelo Diretor do Indie, deveria haver incentivos ou obrigações impostas por lei, para que essas e outras curtas que não sejam apoiadas diretamente pelo ICA, possam ser exibidas no circuito comercial, antes de uma longa-metragem, embora com limitação na duração das mesmas para não prejudicar o número de sessões que o exibidor tem que fazer diariamente, para viabilizar o seu negócio.

Segundo a Pandora Cunha Telles: *“O Sistema Automático do ICA, deveria aumentar as verbas e reduzir o nº de espetadores (de 20.000 para 10.000), como critério.*

Falando agora dos Programas não nacionais, de 2007-2013:

- O Eurimages: financiou obras portuguesas com 3,32 milhões de euros (inclui as coproduções).

- O Ibermedia: financiou as obras nacionais com 2,54 milhões de euros (3,44 milhões USD).

Como se pode observar também aqui o investimento do Eurimages e do Ibermedia, rondam somente 13% do investimento feito pelo ICA, sendo pois programas complementares de financiamento.

O Programa MEDIA, não apoia diretamente a produção, mas sim a montante e a jusante.

Tenho como ponto assente, pelos contatos então efetuados, que o apoio ao cinema português deve passar por 2 modalidades: o apoio a um cinema mais comercial, como o FICA pretendeu inicialmente fazer e pelo apoio a um cinema mais artístico/cultural, como o ICA parecia pretender fazer, segundo alguns.

Aumentar os apoios às coproduções cinematográficas e audiovisuais quer com os países europeus, quer com os países de língua oficial portuguesa e ibero-americanos, abrindo assim caminho a um largo mercado de espetadores e consequentemente de receitas, mercado este de 244 milhões de falantes do português.

Recordo que a nível da Europa e no caso do protocolo Portugal-França a sua importância, pois neste País existe uma comunidade de 2 milhões de portugueses e lusodescendentes.

A nível dos custos de produção, assiste-se atualmente em toda a Europa a uma maior utilização de câmaras de vídeo em vez das câmaras cinematográficas, devido a uma maior definição das mesmas:

Exº: O aluguer da câmara de cinema de 35mm em relação a câmara vídeo RED (4K) é 4,5 X mais cara que a de vídeo (preço por semana).

Distribuição cinematográfica, monopolizada em Portugal pela ZON e Warner.

Em 2007 havia duas firmas; Lusomundo (ZON) e Castello Lopes com 65,8% do mercado.

A nível da origem dos filmes, verifica-se os provenientes dos EUA em 2007, tinham 73% do mercado nacional e receitas brutas de 50 milhões de euros.

Os filmes europeus em 2007, tinham 7% de espetadores e 5 milhões de receitas brutas. Em 2013 renderam, 12,3 milhões euros e tiveram 18,8% de quota espetadores; um aumento em relação a 2007, de 2,7 vezes mais.

Já em 2013 e também nas salas de cinema portuguesas, os filmes provenientes dos EUA renderam 47,4 milhões euros (receita bruta) e 72,4% de quota de espetadores. Variação de -2,6 milhões de euros, em relação a 2007.

Comparando o declínio de espetadores portugueses (2007-2013) foi de – 23,3% e em receitas brutas de – 5,2%, com o preço médio dos bilhetes a aumentar de 2007 a 2013, em 23,1%. Em 2014 prevê-se que essa queda continue e que haja menos 4% de espetadores, em salas de cinema.

Na União Europeia, as receitas brutas das salas de cinema caíram em 2013, segundo o OEA, – 4,3% em relação a 2012.

Para alterar o panorama da distribuição de filmes portugueses, propõe Fernando Centeio: *“Criar um circuito, como na música portuguesa que passa na rádio, em que uma percentagem dos filmes exibidos no circuito comercial seja nacional”*.

e/ou “Criar uma lei que obrigasse a haver uma curta-metragem portuguesa, antes do filme principal”.

Os problemas com as curtas e longas-metragens portuguesas de ficção é a falta de distribuidor/exibidor, conforme me foi referido pelos diferentes atores que contatei.

Para reforçar esta ideia, é apontado a decisão do Produtor Paulo Branco, de investir na criação de uma distribuidora e exibidora, a *Medeia Filmes*.

Verifica-se que as longa-metragens de ficção apoiadas pelo ICA, têm praticamente a distribuição garantida, o mesmo não se passa com os outros formatos, sobretudo curtas de ficção e documentários, tendo aquelas como mercado pouco mais do que festivais e mostras de cinema.

Penso que será consensual, que se deveria fomentar a criação cinematográfica das curtas de ficção através de mais apoios, quer sobretudo de uma “imposição legal” em que houvesse uma percentagem de curtas nacionais antes da exibição de filmes não europeus. Contudo estas devem ter uma duração entre 10/20 minutos, de forma a não prejudicar o número de sessões diárias, que o exibidor tem que fazer.

“Curtas-metragens antes das longas-metragens mesmo de graça, dão número de espetadores (e visibilidade) ao Produtor”, diz o Diretor do IndieLisboa.

Exibição:

As receitas brutas das salas da UE28 em 2013, foram de -4,3% em relação a 2012.

Em Portugal essa queda foi de -11,4%.

Como já vimos anteriormente, o aumento do preço médio dos bilhetes de cinema em toda a Europa e também em Portugal²⁶, além de vir compensar as quedas de espetadores e logo das receitas, tem também a ver com o aparecimento do 3D e mais recentemente do IMAX, cujos ingressos são bem mais caros (+35% em média).

Número de recintos de cinema, descem 8,2% de 2007 a 2013, mas o número de ecrãs mantem-se.

O MEDIA apoiou 9 em cada 10 filmes europeus exibidos.

Apoiou também mais de 100 festivais de cinema por ano.

Promoção-Marketing:

Como já vimos de certa maneira anteriormente, os Festivais de Cinema, têm sido em Portugal os grandes divulgadores das curtas-metragens e documentários, além de serem também a montra do que se faz na Europa a nível desta indústria.

A nível ainda das curtas-metragens de ficção, é de realçar o número de prémios que têm sido obtidos por obras portuguesas, o que leva já uma boa parte dos produtores desses filmes premiados a cobrar uma certa verba pela sua exibição em diversos festivais e mostras de cinema, recuperando parcialmente a verba neles despendida.

Outra forma de promoção do cinema português deveria também passar pela divulgação das obras cinematográficas através dos espaços de publicidade institucional, dos diferentes canais de televisão, quer os generalistas, quer os do cabo.

Essa promoção deveria também passar pela melhor utilização das redes sociais; Facebook, Twitter ... para divulgar o cinema português.

De notar o nível médio da qualidade da grande maioria das curtas-metragens portuguesas:

“Todos os Festivais do Mundo têm curtas portuguesas, mas longas-metragens, Não!”

Disse-me também o Diretor do IndieLisboa.

²⁶ A partir de 2012 houve um aumento do IVA que era de 6%, para 23% no preço dos bilhetes, o que veio agravar também o preço dos ingressos nas salas de cinema e restantes espetáculos.

Audiovisual:

As TVs generalistas apostam na produção sobretudo de séries e de novelas de ficção, deixando de apoiar com significado, como era o panorama, até ao início da crise que atravessamos. Filmes que foram sucessos como *Call Girl* (TVI), por exemplo.

O apoio das Televisões tem-se baseado atualmente na taxa que são obrigadas a pagar para a produção.

Dever-se-ia impor também uma quota, na exibição de filmes portugueses no cabo.

“Estabelecer um valor mínimo para as TVs (Pública e Privadas) comprarem filmes, pois estão atualmente em saldo a venda das longas-metragens às televisões” segundo a Pandora Cunha Telles.

- **2ª. Parte**

União Europeia:

Baseados em todos os dados analisados e referidos anteriormente e tendo em atenção à grande evolução que as tecnologias digitais têm tido, a Europa (UE), está a trilhar um caminho semelhante aos EUA, no que a diz respeito aos hábitos de consumo dos seus espetadores.

Como se desenha já muito claramente no período final deste estudo o modelo atual de exibição cinematográfica, em sala, está a diminuir, tendo sido substituído pela televisão e outros ecrãs.

Assim e com o aumento em toda a Europa de tablets, smartphones e outros dispositivos onde se pode ver televisão, filmes e séries, a qualquer momento e com as condições de conforto, por cada um escolhidas, ao preço do aluguer mensal de um serviço de *Streaming* (*Netflix e Amazon*, por exemplo), que corresponde sensivelmente ao preço de um bilhete de cinema (7,00€).

Este aspeto põe seriamente em risco a sustentabilidade da indústria cinematográfica mundial e sobretudo a europeia.

É pois nesse contexto que a indústria cinematográfica a nível mundial, começou a desenvolver estratégias de diferenciação em relação ao visionamento atrás referido, criando para isso as salas de cinema IMAX, com uma qualidade de exibição dos filmes e de envolvimento com os mesmos, que pode começar a atrair para a ida ao cinema, de uma boa parte dos que lá deixaram de ir.

Há contudo o preço dos bilhetes, que é ainda um fator negativo nesse modelo.

Relativamente à televisão, a assinatura de canais de cabo, que tende a diminuir novamente por influência dos serviços de *Streaming* (16% de crescimento em 2014), a que já fiz referência, gozam ainda uma grande vantagem sobre aqueles, pois possuem conteúdos informativos e de desporto que os outros não possuem, pelo menos por enquanto.

Esta “guerra” que se começou a desenhar no final deste estudo tem por um lado levado a uma melhoria da qualidade das séries de TV dos canais cabo, como resposta ao desenvolvimento de idênticos produtos no Streaming. Tendo aqui a concorrência, sido benéfica para o espetador.

Julgo também que o desenvolvimento de todas estas plataformas que tem estado a acontecer e a crise económica e financeira europeia, levará a curto prazo, se não aconteceu já, à necessidade de criar novos modelos de negócio, na cabo, como o aluguer individual de canais temáticos, o aluguer de uma série ou mais da cabo, etc., com a correspondente descida do preço para o utente.

Vamos pois começar a pagar, só aquilo que queremos ver.

O combate aos *downloads* clandestinos que começou a fazer-se, com o encerramento de vários sites, pela Google por exemplo, é uma dessas estratégias.

Será interessante referir a criação recente da APPLE-TV, com 25 canais de televisão, que será disponibilizada através das plataformas daquela marca.

Portugal:

No nosso País em que o Euro barómetro (dados de 2012 e 2013), refere como o País da União:

- Que menos vê cinema.
- Que menos vai ao teatro.
- Que menos lê livros.
- Que menos vai à ópera, ballet, dança, concertos ...²⁷

O panorama para o desenvolvimento das artes no nosso País e no que a esta dissertação diz respeito ao cinema e audiovisual, afigura-se difícil, isto é senão forem protagonizadas algumas imposições legais ou contrapartidas, que venham a inverter a situação de queda em todos os índices: produção, distribuição e exibição.

²⁷ Não havia na altura da consulta, Dezembro de 2014, dados da Grécia.

O *Serviço Público* de TV deverá investir mais no cinema nacional, como aliás já o faz em séries de ficção.

Relativamente ao papel do Estado nos apoios ao cinema português, diz o Produtor Luís Vaz *“Na denominada economia de mercado, as produções de filmes nacionais, num contexto de produção de cinema dominado por apoios estatais a fundo perdido, o mercado não necessita verdadeiramente de funcionar, nem necessita mesmo de existir, pois à partida não se espera que o investimento tenha retorno financeiro”*.

“ ... Vivemos pois, numa situação de protecionismo ao cinema, que sem os apoios do ICA morreria”.

Não há uma indústria cinematográfica e audiovisual independente, em Portugal, ao contrário do que acontece com a maioria dos países da UE.

Ao contrário porque houve investimento (NBP e outros) há uma indústria de telenovela portuguesa.

Penso ser urgente a criação de outro Fundo para apoio ao Cinema e Audiovisual, como era o FICA, bem gerido e com metas mais realistas, o que poderia ser uma mais-valia para o desenvolvimento da indústria.

A necessidade urgente de criarmos novos canais de distribuição dos filmes produzidos em Portugal, com imposição legal ou através de incentivos ...

Como dizia o Produtor Fernando Centeio: *“**Não quero apoio financeiro do Estado, quero é que haja um distribuidor para as minhas obras**”*.

NOTA FINAL:

Ao terminar estas conclusões gostava de realçar que todo o trabalho que desenvolvi e que está patente nas páginas anteriores, resultou da necessidade de reunir neste estudo, um conjunto de informações que estavam dispersas por diversos Organismos, Instituições e em sites, que vai assim poder dar-nos uma visão mais abrangente, dos diversos atores que atuam a nível nacional e na UE, que penso ser até aqui inédito.

- Alborno, Luis A. e Leiva, Maria Trinidad, *A Televisão Digital Terrestre*, Media XXI, Porto, 2014
- ANACOM, *Regulação, Supervisão e outras Atividades 2012*, ICP-Autoridade Nacional Comunicações, Lisboa 2013
- Ang, Tom, *Manual de vídeo digital*, DK - Civilização, Editores, Lda., Portugal, 2005.
- Blázquez, Francisco e Lepinard, Amélie, <<The new cinema communication>>, *Iris Plus*, 2014-1, p.p. 7-22
- Blázquez, Francisco Javier, <<Vers une nouvelle communication sur le cinéma>>, *Iris Plus*, 2012-3, p.p. 7-25
- Borchardt, Klaus-Dieter, *O ABC do Direito da União Europeia*, UE - Serviço de Publicações, 2011
- Cádima, Francisco Rui, *A crise do audiovisual europeu*, Formal Press, Porto, 2007
- Centro de Investigação em Artes e Comunicação, «Novas & velhas tendências no cinema português contemporâneo», Setembro, 2010
- Coelho, José Dias, *Do Plano Tecnológico à Agenda Digital*, Edições Sílabo, Lda., APSI, Lisboa 2011
- Costa, Jorge Paixão, *Telenovela: um modo de produção*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2003.
- Cunha, Isabel Ferin, *Memórias da Telenovela*, Livros Horizonte, Lisboa, 2011
- European Audiovisual Observatory, <<Film and Home Video>>, França, *OEA 2009*
- European Audiovisual Observatory, <<Film and Home Video>>, França, *OEA 2010*
- European Audiovisual Observatory, <<Film and Home Video>>, França, *OEA 2009*
- European Audiovisual Observatory, <<Television, Cinema, video on-demand and audiovisual services>>, França, *OEA 2013*
- European Audiovisual Observatory, <<Television in 36 European States>>, France 2008
- Fernandes, José Manuel, *Sem Fronteiras*, IPDJ, Porto, 2012
- Lameiras, Mariana e Sousa, Helena, «La data limite le dépôt des demandes de prise en charge ...», *Iris Plus*, 2013-1, pp. 32-33
- Lameiras, Mariana e Sousa, Helena, «Adoption des règlements d'application de la Nouvelle loi ...», *Iris Plus*, 2014-1, pp. 40-43

- Observatoire Européen de l'Audiovisuel, «La transition numérique», IRIS plus 2013-1, p.p. 32-33
- Observatoire Européen de l'Audiovisuel, «La Nouvelle communication sur le cinéma», IRIS plus 2014-1, pp. 7-52
- Pato, Luís Miguel, *Técnicas de Produção Televisiva, na migração para o digital*, Grácio Editor, Coimbra, 2012
- Produção Profissional <<Social Media Week>>, nº 181, outubro 2013, p.p. 32-34
- Ramos, José Jacinto, *Avaliação do impacto da TDT no desempenho individual*, Instituto superior de economia e gestão, Lisboa, 2007
- Santos, Sergio Denicoli, *A implementação da Televisão Digital Terrestre em Portugal*, Universidade do Minho, 2012
- Newman, Susane, «Une Nouvelle communication sur le cinéma», *Iris Plus* 2012-3, p.p. 39-45
- União Europeia, «Tratado da União Europeia», Luxemburgo, Março 2010

WEBGRAFIA

- Audiências de televisão: <http://www.atelevisao.com/>
- ANACOM: <http://www.anacom.pt/>
- Conselho da Europa: <http://www.coe.int>
- Diário da República Eletrónico: <http://www.dre.pt>
- Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:095:0001:0024:PT:PDF>
- Diretiva “Serviços de Comunicação Audiovisual”
http://europa.eu/legislation_summaries/audiovisual_and_media/l24101a_pt.htm
- Direção-Geral da Política Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais>
- Eurimages: http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-PT&prev=search&rurl=translate.google.pt&sl=en&u=http://www.coe.int/t/dg4/eurimages/History/Coproduction/2013coproductions_EN.asp&usg=ALkJrhhlGuQSiAq4HVGtz3juBgBhlhqsuw

(acesso em 8/11/2014)

- Euro barómetro (CULTURAL ACCESS AND PARTICIPATION):
http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf
- Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>
- ERC: <http://www.erc.pt/pt>
- Espaço Europa: http://ec.europa.eu/portugal/espacoeuropa/index_pt.htm
- Euro barómetro: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf
- Eurodesk: www.ipdj.pt
- Festroia: www.festroia.pt
- FICA: <http://www.pmeinvestimentos.pt/finova/fica.html>
- Ibermedia: www.programaibermedia.com
- ICA: www.ica-ip.pt
- ICA: Relatórios 2007 a 2012: <http://www.ica-ip.pt/pagina.aspx?pagina=609>
- ICA: Relatório 2014 (dados referentes a 2013):
<http://www.ica-ip.pt/Admin/Files/Documents/contentdoc2813.pdf>
- IGAC: www.igac.pt
- IPSOS: <http://www.apeme.pt/>
- Lei nº. 42/2004: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2004/08/194A00/52465251.pdf>
- Lei nº 55/2012, de 6 setembro: http://obrigainvest.ica-ip.pt/Content/LEI_55.2012.pdf
- Marktest: <http://www.marktest.com>
- MediaDesk: www.mediadeskportugal.pt
- Nielson: <http://www.statista.com/chart/1695/electronic-media-use-in-the-us/>
- OberCom: www.obercom.pt
- Observatório Europeu do Audiovisual: <http://www.obs.coe.int/en/home>
- Pordata: <http://www.pordata.pt/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Programa MEDIA 2007: http://ec.europa.eu/information_society/doc/factsheets/061-media-pt.pdf
http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/more_info/awp/docs/c_2011_6258.pdf
- TDT-PT http://tdt.telecom.pt/o_que_e/
- Tratado sobre funcionamento da UE:
<http://eur-lex.europa.eu/collection/eu-law/treaties.html/?locale=pt>
- União Europeia- Agenda Digital:
<http://ec.europa.eu/digital-agenda/en/telecoms-rules>

Filmes produzidos e estreados em Portugal

Fonte: ICA

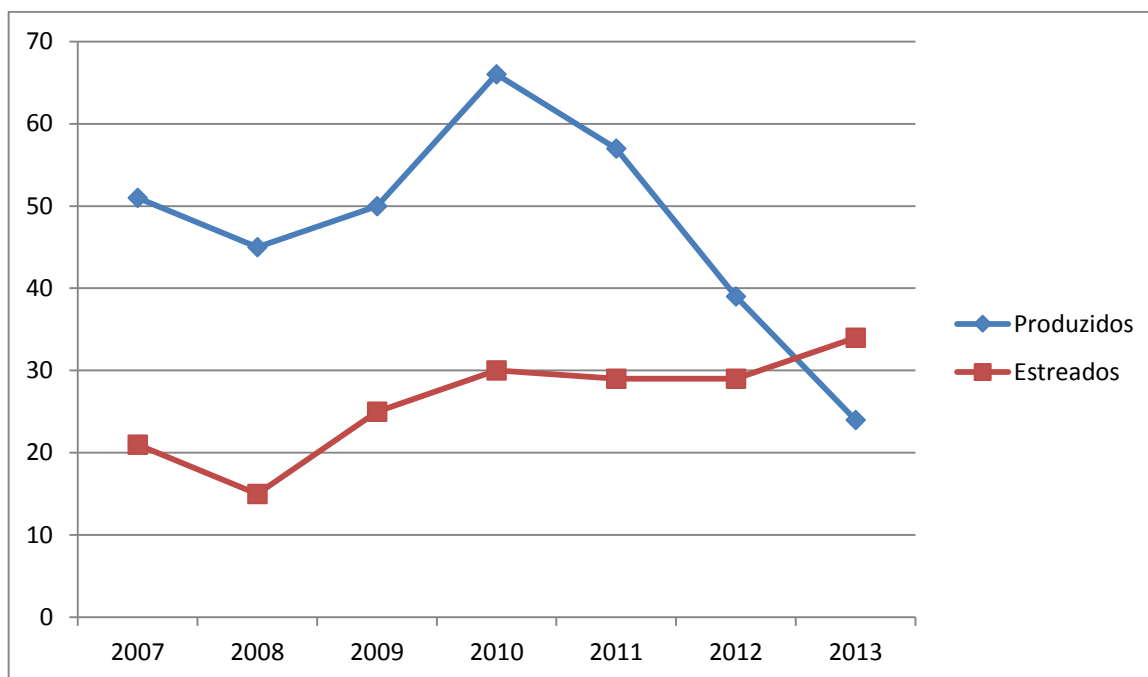


Gráfico 1

Longas-metragens nacionais produzidas e estreadas em Portugal

Fonte: ICA

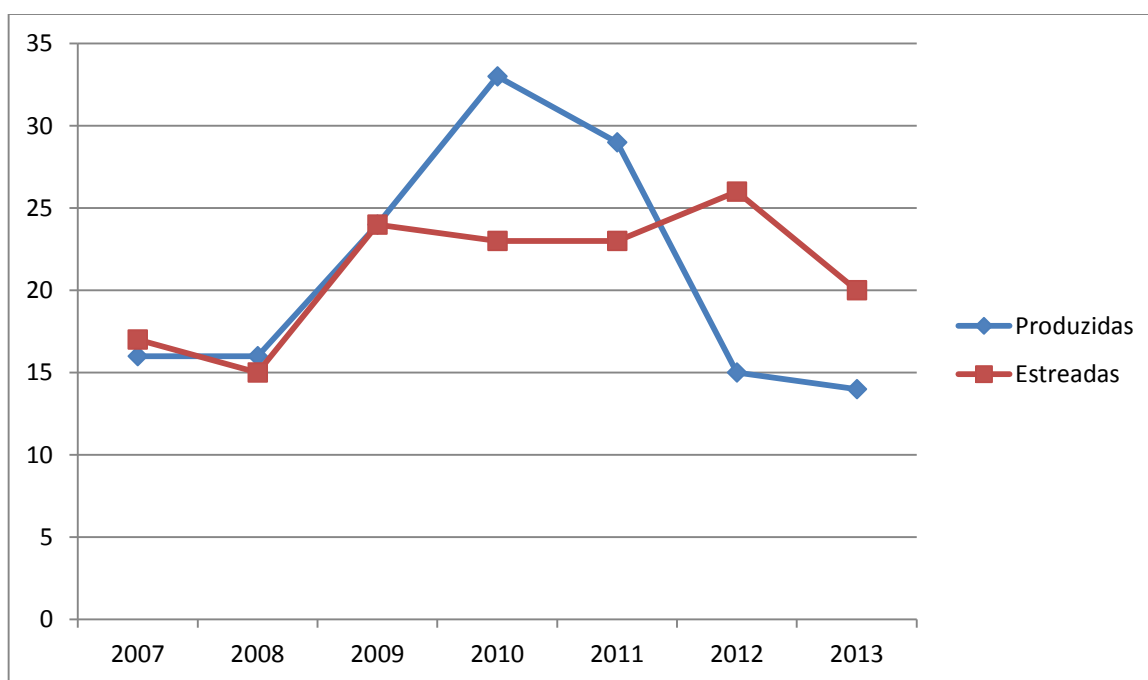


Gráfico 2

Rácio espetador – habitante (Portugal)

Fonte: ICA

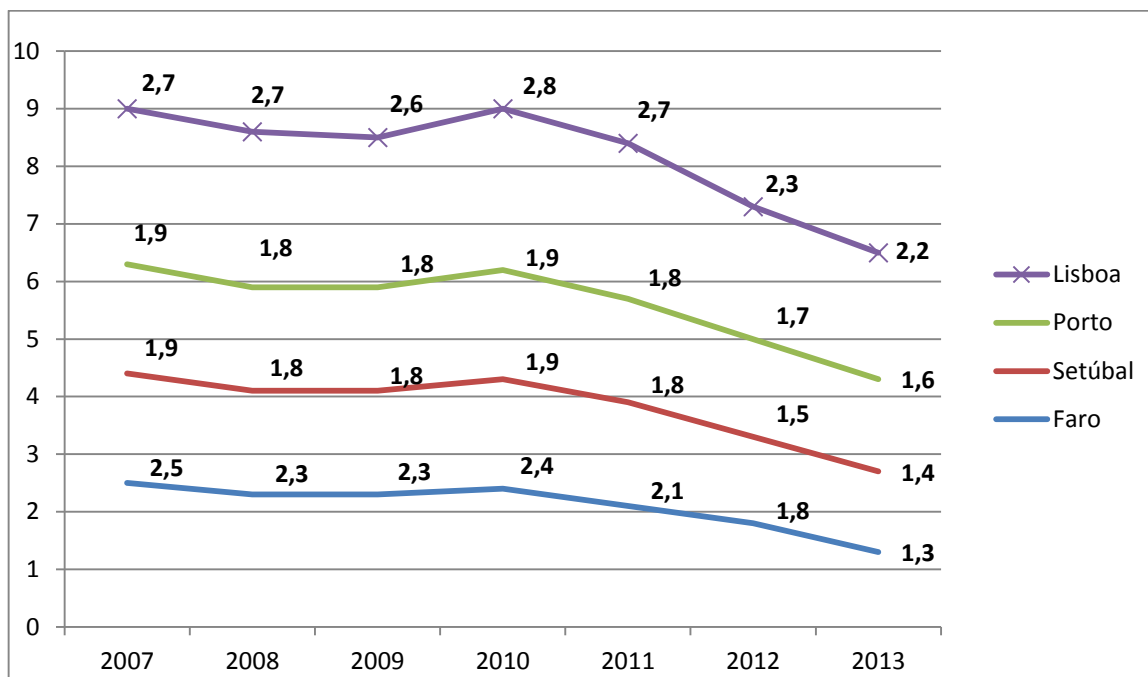


Gráfico 3

Espetadores por origem (Portugal)

Fonte: ICA

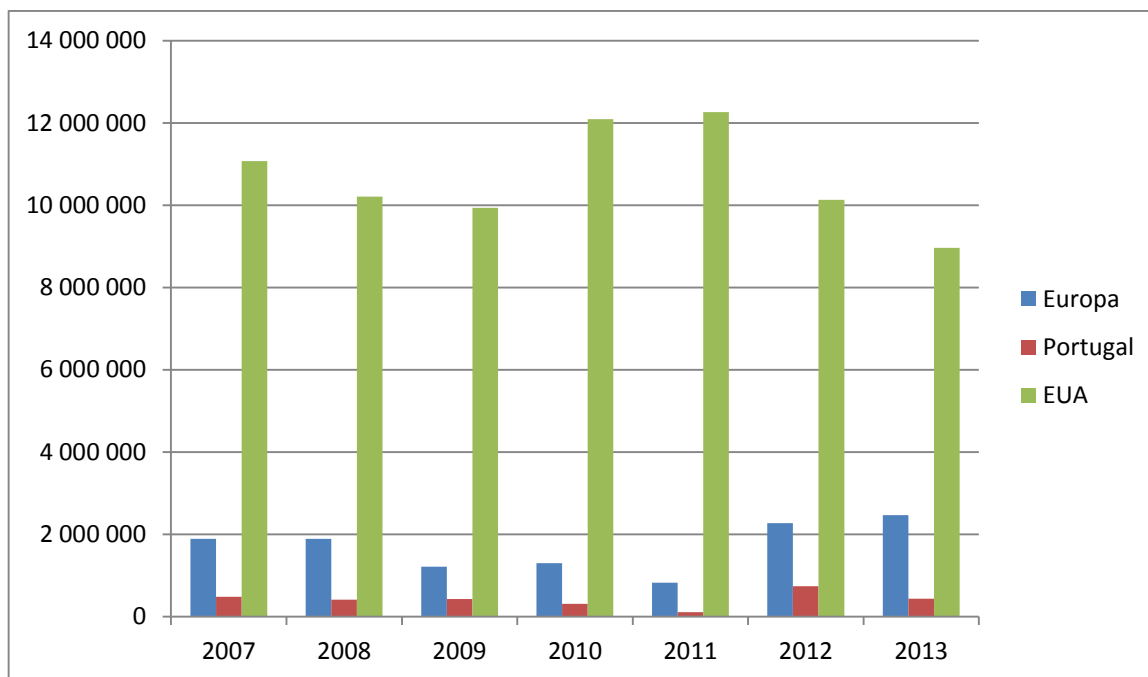


Gráfico 4

FILMES ESTREADOS EM PORTUGAL (ORIGEM)

2007-2013

(FONTE: ICA)

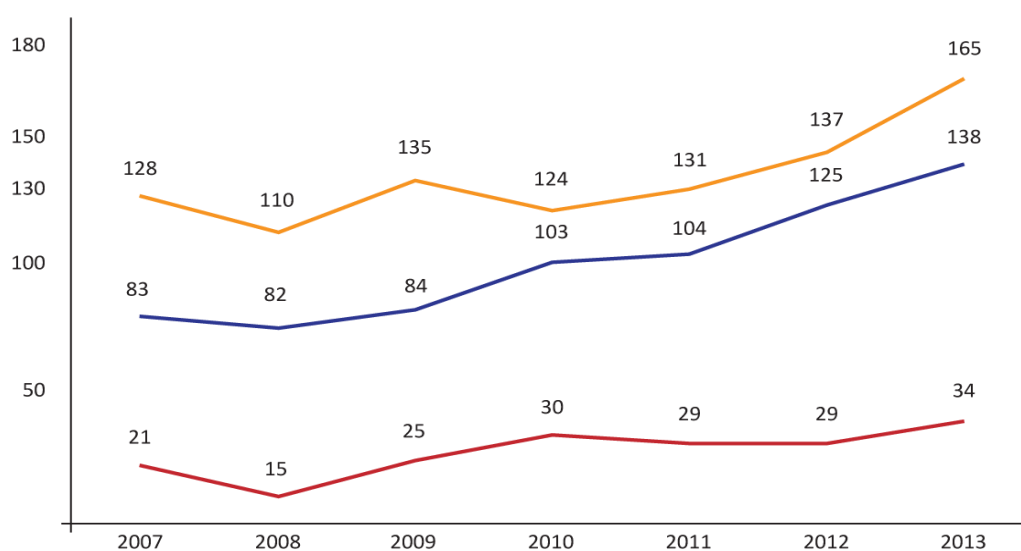
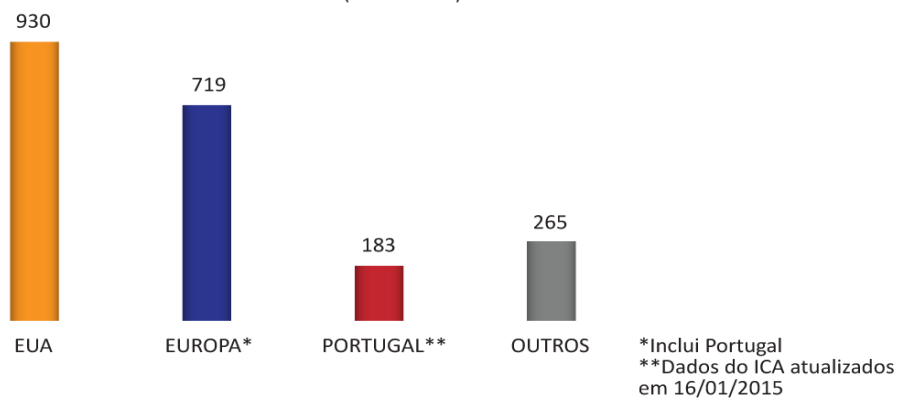


Gráfico 5

IMAX



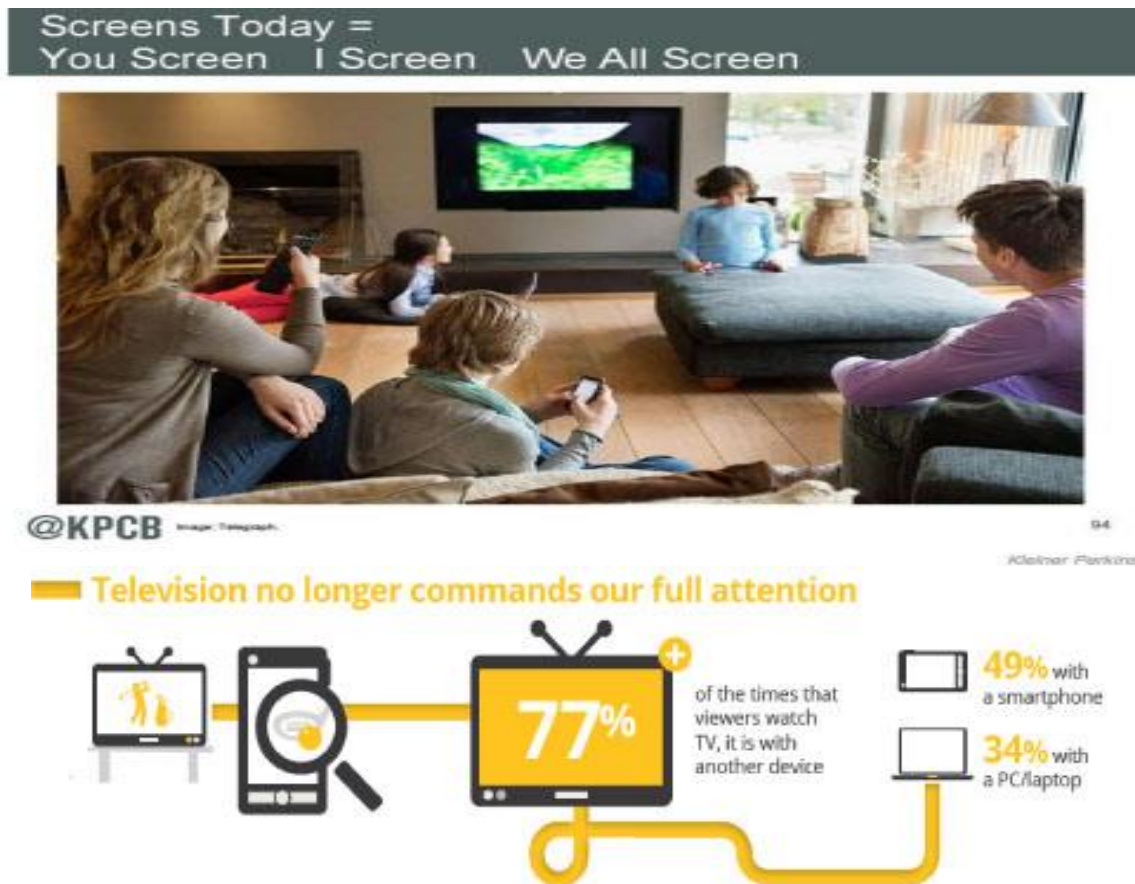
(canaltech.com.br)



Fonte: REDBRICK

Imagem 1

Ver televisão em diversos em diversos ecrãs



Fonte: The New Multimedia Screen World –Google/Ipsos/Sterling August 2012

Imagem 2